



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**RELATÓRIO ANUAL SOBRE A SITUAÇÃO DA JUSTIÇA REFERENTE  
AO ANO JUDICIAL 2010/2011**



Cidade da Praia, Setembro de 2011

# ÍNDICE

<b>ABREVIATURAS .....</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
1. Enquadramento .....	6
2. Metodologia .....	7
<b>CAPÍTULO II - O MINISTÉRIO PÚBLICO .....</b>	<b>8</b>
1. Enquadramento.....	8
2. Atribuições e competências.....	9
3. Estrutura Orgânica .....	9
3.1 - Procuradoria-Geral da República.....	10
3.1.1 - Procurador-Geral da República.....	11
3.1.2 - Conselho Superior do Ministério Público .....	11
3.1.2.1- Serviço de Inspeção.....	12
3.2 - Procuradorias da República .....	13
4. Instalações e equipamentos .....	13
4.1 - Procuradoria-Geral da República.....	13
5.1 - Recursos humanos .....	14
5.2 - Recursos financeiros .....	15
<b>CAPÍTULO III – FUNCIONAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E EXERCÍCIO DAS SUAS ACTIVIDADES.....</b>	<b>16</b>
1. Procuradoria-Geral da República.....	16
1.1 - Intervenções no Supremo Tribunal de Justiça .....	16
1.2 - Intervenções no Tribunal de Contas.....	18
1.3 - Outras intervenções.....	21
1.4 - Autoridade Central.....	21
1.5 - Outros pareceres emitidos.....	23
1.6 - Processos instaurados e autuados na Procuradoria-Geral da República .....	23
1.7 - Formação de magistrados .....	23
1.7.1 - Acções de formação para magistrados.....	25
1.7.2 - Conferências e palestras proferidas.....	26
1.8 - Relações com entidades estrangeiras .....	27
1.8.1- Representação da Procuradoria-Geral da República nas associações ou entidades de que faz parte.....	27
1.9 - Conselho Superior do Ministério Público.....	28
1.9.1 - Actividades desenvolvidas .....	28

1.9.2 - Serviço de Inspeção.....	32
2. Procuradorias da República.....	<b>33</b>
2.1 - Procuradoria da República da Comarca da Praia.....	37
2.2 - Procuradoria da República da Comarca de São Vicente.....	39
2.3 - Procuradoria da República da Comarca de Santa Catarina.....	40
2.4 - Procuradoria da República da Comarca de Santa Cruz .....	41
2.5 - Procuradoria da República da Comarca de São Filipe.....	42
2.6 - Procuradoria da República da Comarca de Ribeira Grande.....	43
2.7 - Procuradoria da República da Comarca do Sal.....	44
2.8 - Procuradoria da República da Comarca do Tarrafal .....	45
2.9 - Procuradoria da República da Comarca de São Domingos .....	46
2.10 - Procuradoria da República da Comarca do Maio .....	47
2.11 - Procuradoria da República da Comarca dos Mosteiros .....	48
2.12 - Procuradoria da República da Comarca da Brava .....	49
2.13 - Procuradoria da República da Comarca do Paúl.....	50
2.14 - Procuradoria da República da Comarca de S. Nicolau .....	51
2.15 - Procuradoria da República da Comarca do Porto Novo .....	52
2.16 - Procuradoria da República da Comarca da Boa Vista .....	53
3. Fiscalização dos Órgãos de Polícia Criminal / Articulação do Ministério Público com os mesmos .....	<b>54</b>
<b>CAPÍTULO IV – INDICADORES ESTATÍSTICOS.....</b>	<b>56</b>
1. Estatísticas sobre a evolução da criminalidade .....	<b>56</b>
2. Estatísticas sobre intervenções em matéria cível .....	<b>66</b>
<b>CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>68</b>
1. Constrangimentos.....	<b>68</b>
1.1 - Transmissão tardia da notícia do crime ao Ministério Público .....	68
1.2 - Inexistência de uma instituição encarregue de efectuar de modo concentrado os exames médico-forenses.....	69
1.3 - Dificuldade na tomada de conhecimento em tempo real da evolução da criminalidade por tipos de crime .....	69
1.4 - Número insuficiente de magistrados.....	69
1.5 - Insuficiente de espaço físico em algumas comarcas .....	70
1.6 - Impossibilidade de instalação dos Departamentos criados na Procuradoria-Geral da República.....	70
1.7 - Dificuldades na notificação de pessoas para as diligências .....	70
1.8 - Número insuficiente de Oficiais de Justiça.....	70
1.9 - Prazo para elaboração e entrega do relatório .....	71

<b>CAPÍTULO VI – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>72</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>74</b>

## **ABREVIATURAS**

No presente relatório utilizam-se as seguintes abreviaturas:

ACP – Audiência Contraditória Preliminar.

APA – Associação dos Procuradores de África.

CAEOPP – Comissão de Alvarás de Empresas de Obras Públicas e Particulares.

CPP – Código de Processo Penal.

CSMP – Conselho Superior do Ministério Público.

CRCV – Constituição da República de Cabo Verde, aprovada pela Lei Constitucional nº 1/IV/92, de 25 de Setembro, alterada pelas leis constitucionais nºs 1/IV/95, de 13 de Novembro, 1/V/99, de 23 de Novembro e 1/VII/2010, de 3 de Maio.

EMMP – Estatuto dos Magistrados do Ministério Público, aprovado pela Lei nº 2/VIII/2011, de 20 de Junho.

IAP – Associação Internacional dos Procuradores.

LOMP – Lei Orgânica do Ministério Público, aprovada pela Lei nº 89/VII/2010, de 14 de Fevereiro.

MP – Ministério Público.

PGR – Procuradoria-Geral da República.

SATC – Serviço de Apoio do Tribunal de Contas.

TC – Tribunal de Contas.

VBG – Violência Baseada no Género.

## CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

### 1. Enquadramento

O Ministério Público presta um serviço público numa parcela importante da soberania, a da administração da Justiça, defende os direitos dos cidadãos, a legalidade democrática, o interesse público, e representa o Estado nos tribunais.

A prestação do serviço público pelos órgãos públicos e pelos titulares de cargos públicos, num Estado de Direito Democrático, como é inegavelmente o nosso, sujeita-os ao dever de prestação de contas, ainda que integrado no poder judicial. Este dever decorre dos princípios da transparência e da responsabilização, sendo corolário do princípio do Estado de Direito Democrático. Todavia, o cumprimento do dever de prestar contas processa-se no quadro do Estado Constitucional de Direito Democrático, com observância, entre outros, dos princípios da separação e da interdependência de poderes.

Efectivamente, a Constituição da República de Cabo Verde (CRCV) dispõe, no nº 8 do artigo 226º, que “*O Conselho Superior do Ministério Público apresenta à Assembleia Nacional, anualmente, o seu relatório sobre a situação da Justiça, nos termos da lei.*” Por sua vez, a Lei Orgânica do Ministério Público (LOMP) estabelece, no nº 2 do artigo 37º, que o Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) entrega à Mesa da Assembleia Nacional, até 20 de Setembro de cada ano, o relatório sobre a situação da Justiça, o funcionamento do Ministério Público e o exercício das suas actividades relativo ao ano judicial anterior, contendo, nomeadamente, as estatísticas sobre a evolução da criminalidade e o movimento processual.

Uma vez que o ano judicial terminou no dia 31 de Julho de 2011, cumpre ao Conselho Superior do Ministério Público, apresentar, agora, o **RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO DA JUSTIÇA**, dando conta daquilo que foi o funcionamento do Ministério Público e o exercício das suas actividades no ano judicial 2010/2011.

O presente relatório destina-se, pois, a dar cumprimento ao dever de prestação de contas que recai sobre o Ministério Público e os seus magistrados, cuja efectivação a Constituição e a LOMP conferem ao CSMP.

Estruturou-se o relatório em cinco capítulos: no Capítulo I, faz-se uma pequena introdução; o Capítulo II é dedicado a uma breve caracterização do Ministério Público; o Capítulo III refere-se ao funcionamento do Ministério Público e ao exercício das suas actividades; no Capítulo IV apresentam-se os indicadores estatísticos; o Capítulo V é dedicado às Considerações Finais, o Capítulo VI a conclusões e recomendações, e, finalmente, apresentam-se os anexos.

## **2. Metodologia**

O objecto deste relatório, «A SITUAÇÃO DA JUSTIÇA», sugere uma análise global do funcionamento do Ministério Público e do exercício das suas funções ligadas à administração da Justiça<sup>1</sup>.

Porém, por manifesta falta de tempo, não foi possível obter os dados referentes à actuação dos órgãos de polícia criminal e à dos serviços penitenciários e de reinserção social.

Assim, procedeu-se apenas à recolha, sistematização e análise dos dados e dos indicadores estatísticos dos relatórios da Procuradoria-Geral da República e das 16 Procuradorias da República de Comarca.

---

<sup>1</sup> Neste sentido, veja-se, por todos, JORGE CARLOS FONSECA e JACINTO ESTRELA, *in* “ESTUDO SOBRE O ESTADO DA JUSTIÇA EM CABO VERDE – RELATÓRIO PROVISÓRIO”, Praia, Junho de 2002, p. 2.

## **CAPÍTULO II - O MINISTÉRIO PÚBLICO**

### **1. Enquadramento**

A consagração do Ministério Público como órgão do Estado ao qual se atribui, entre outras funções, as de defesa dos direitos fundamentais, da legalidade democrática e de certos direitos e interesses difusos surge, um pouco por todo o lado, como uma das características mais marcantes dos estados modernos.

Em alguns ordenamentos jurídicos, como o cabo-verdiano, o Ministério Público é elevado à dignidade de órgão constitucional, que apenas remete para a lei ordinária a regulamentação do seu estatuto e regime, já fixados pela Lei Fundamental. Noutros, o desenho essencial do seu regime jurídico consta da legislação ordinária.

A Constituição da República de Cabo Verde de 1980 referia-se ao Ministério Público apenas para lhe conferir o estatuto de representante do Estado, de defensor da legalidade e de titular da acção penal.

A CRCV, ou simplesmente Constituição, dedica ao Ministério Público um capítulo próprio – o Capítulo IV. Mesmo depois da revisão de 2010, a Constituição continua a destinar a PARTE V, do TÍTULO V, ao poder judicial, dispondo sucessivamente sobre os princípios gerais (Capítulo I), organização dos tribunais (Capítulo II), estatuto dos juízes (Capítulo III), Ministério Público (Capítulo IV) e advogados (Capítulo V).

Os artigos 225º, 226º e 227º da CRCV definem as funções, a organização e o estatuto do Ministério Público, respectivamente. O Ministério Público goza de estatuto próprio e de autonomia. Os seus agentes são magistrados responsáveis, hierarquicamente subordinados. Não podem ser transferidos, aposentados ou demitidos, senão nos casos previstos na lei; actuam com respeito pelos princípios da imparcialidade e da legalidade, e pelos demais princípios estabelecidos na lei [artigos 227º, nº 2,3 e 4 da CRCV].

A Lei nº 89/VII/2011, de 14 de Fevereiro, que estabelece a orgânica do Ministério Público, em harmonia com o disposto nos artigos 225º e 226º da Lei Fundamental, fixa a organização do Ministério Público e determina-lhe as funções e o estatuto (artigos 1º, 2º e 3º, respectivamente).



## **2. Atribuições e competências**

O artigo 225º da CRCV define as funções do Ministério Público. Compete-lhe, designadamente, a defesa dos direitos dos cidadãos, da legalidade democrática, do interesse público e dos demais interesses que a Constituição e a lei determinarem, bem como o exercício da acção penal e a representação do Estado.

No artigo 280º, relativo à função de defesa de legalidade democrática, a Lei Fundamental confere competência/legitimidade ao Procurador-Geral da República para requerer ao Supremo Tribunal de Justiça, enquanto Tribunal Constitucional, a apreciação e declaração, com força obrigatória geral, de: inconstitucionalidade de quaisquer normas ou resoluções de conteúdo material normativo ou individual e concreto; ilegalidade das resoluções de conteúdo material normativo ou individual e concreto.

Ainda no domínio da defesa da legalidade democrática, nos termos dos artigos 276º e 281º da CRCV, compete ao Ministério Público interpor recurso com vista à fiscalização concreta da constitucionalidade ou da legalidade de normas ou resoluções de conteúdo material normativo ou individual e concreto, cuja inconstitucionalidade ou ilegalidade tenha sido suscitada num determinado processo.

O artigo 5º da LOMP enumera, de forma meramente enunciativa, as competências do Ministério Público.

A representação do Estado ocorre nas acções cíveis, nas quais o Ministério Público se apresenta em pé de igualdade com a outra parte, e visa a defesa de interesses patrimoniais daquele.

## **3. Estrutura orgânica**

A organização do Ministério Público compreende a Procuradoria-Geral da República (PGR) e Procuradorias da República. A Procuradoria-Geral da República, órgão superior da hierarquia do Ministério Público, compreende o Procurador-Geral da República e o Conselho Superior do Ministério Público. Prevê-se que venham a funcionar na Procuradoria-Geral da República, na dependência do Procurador-Geral da República, o Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, os Serviços de Apoio Técnico e

Administrativo, o Departamento de Acção Penal, o Departamento do Contencioso do Estado, o Departamento Central de Cooperação e Direito Comparado e o Departamento de Interesses Difusos. Junto do CSMP prevê-se que venha a funcionar um Serviço de Inspeção do Ministério Público, que será integrado por um corpo de inspectores, sendo um Inspector Superior, que o dirige, e pelo menos dois outros inspectores.

Esta organização encontra-se definida na Constituição (artigo 226º) e na LOMP (designadamente nos artigos 1º, 13º, 19º, 33º, 38º e 58).

Das unidades orgânicas acima referidas só a Procuradoria-Geral da República e as Procuradorias da República de Comarca exercem funções que a Constituição e as leis atribuem ao Ministério Público. As Procuradorias da República de Círculo, criadas pela LOMP, ainda não estão instaladas.

De acordo com a LOMP, são representantes do Ministério Público (MP): o Procurador-Geral da República, o Vice Procurador-Geral da República, os Procuradores-Gerais Adjuntos, os Procuradores da República de Círculo, os Procuradores da República de 1ª Classe, os Procuradores da República de 2ª Classe, os Procuradores da República de 3ª Classe, e os Procuradores da República Assistentes.

A carreira da magistratura do Ministério Pública é integrada, de acordo com a LOMP, pelas seguintes categorias de magistrados: Procuradores Gerais Adjuntos, Procuradores da República de Círculo, Procuradores da República de 1ª Classe, Procuradores da República de 2ª Classe, e Procuradores da República de 3ª Classe.

O ingresso na carreira da magistratura do MP faz-se por concurso público, através de provas práticas, provas psicotécnicas e entrevistas, na categoria de Procurador da República de 3ª Classe, após um estágio de 18 meses, durante o qual o candidato é designado Procurador da República Assistente.

Existe ainda a categoria de Delegados<sup>2</sup> do Procurador da República, sendo certo que a lei lhes permite, até 21 de Dezembro de 2011, optar pela reforma.

### **3.1 - Procuradoria-Geral da República**

---

<sup>2</sup> Delegados do Procurador da República são magistrados que não possuem licenciatura em Direito, mas sim, titulares de uma formação específica que permitia o ingresso no quadro de pessoal da magistratura do Ministério Público, numa altura em que Cabo Verde carecia de quadros licenciados em Direito em número suficiente para composição das magistraturas.

Nos termos da Constituição e da LOMP, a PGR é o órgão superior da hierarquia do Ministério Público e tem jurisdição sobre todo o território nacional. É presidida pelo Procurador-Geral da República e compreende o CSMP.

A LOMP prevê que venham a funcionar na Procuradoria-Geral da República, na dependência do Procurador-Geral da República, os Serviços de Apoio Técnico e Administrativo, o Departamento Central de Acção Penal, o Departamento Central do Contencioso do Estado, o Departamento Central de Cooperação e Direito Comparado e o Departamento Central de Interesses Difusos. Essas unidades orgânicas carecem de instalação.

### **3.1.1 - Procurador-Geral da República**

O Procurador-Geral da República preside ainda o CSMP, representa o MP nos Tribunais Superiores (Tribunal Constitucional, Supremo Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas), assegura a direcção superior do Ministério Público e coordena e fiscaliza a actividade do Ministério Público, podendo emitir directivas, ordens e instruções a que devem obedecer as actuações dos magistrados e agentes do Ministério Público.

### **3.1.2 - Conselho Superior do Ministério Público**

O CSMP é, de acordo com a LOMP, o órgão de gestão e disciplina dos magistrados do MP, de administração autónoma dos seus próprios recursos humanos, financeiros e materiais, assim como os das Procuradorias. Compete-lhe, ainda, a gestão e disciplina dos funcionários das secretarias do MP e dos demais recursos humanos.

A LOMP prevê que junto do CSMP venha a funcionar um Serviço de Inspecção.

### 3.1.2.1- Serviço de Inspeção

A LOMP, no seguimento da revisão constitucional operada em 2010, criou um Serviço de Inspeção do Ministério Público, estabelecendo, no artigo 58º, que o mesmo é integrado por um corpo de inspectores, de que faz parte um Inspector Superior e um mínimo de três inspectores, recrutados de entre os magistrados do Ministério Público. Dispõe ainda que o Inspector Superior e os Inspectores são nomeados pelo CSMP, sob proposta do Procurador-Geral da República, tendo em conta o resultado de concurso realizado para o efeito.

O anterior Estatuto dos Magistrados do Ministério Público previa apenas uma Inspeção do Ministério Público. A Inspeção, que ainda funciona, dispõe apenas do Inspector Superior, de um Secretário e de um Ajudante de Escrivão.

Dispõe o artigo 4º, nº 3, do Decreto-Lei nº 51/83, de 25 de Junho, aplicável *ex vi* do disposto no artigo 28º do mesmo diploma, que o Inspector Superior do Ministério Público é nomeado, em comissão de serviço, por um período de dois anos, renovável. Ora, como é evidente, a renovação da comissão de serviço não opera automaticamente. Desde logo porque, não resultando isso nem expressa nem implicitamente da citada norma, tal é proibida, como decorre dos princípios da legalidade e da competência.

Assim, na medida em que a lei não prevê renovação automática da comissão de serviço, a situação jurídica decorrente do despacho acima referido que nomeou o mencionado magistrado para o cargo de Inspector Superior do Ministério Público extinguiu-se, por caducidade, logo que decorreram dois anos sobre a data da sua nomeação.

Tendo sido nomeado desde 15 de Outubro de 2003 para o cargo de Inspector Superior do Ministério Público empossado em 31 de Outubro do mesmo ano, o magistrado do Ministério Público passou a estar em situação irregular desde 31 de Outubro de 2005, em virtude da extinção, por caducidade, do respectivo vínculo jurídico.

No entanto, ficcionando a existência de um mandato, veio o legislador constitucional, através da Lei Constitucional nº 1/VII/2010, de 3 de Maio, estabelecer, no nº 4 do artigo 3º, sob epígrafe (manutenção em funções), que “*o actual Inspector Superior Judicial e o actual Inspector Superior do Ministério Público mantêm-se em funções até o termo dos respectivos mandatos.*”

Ainda que se considere que o vínculo do Inspector Superior do Ministério Público não tenha caducado, como parece resultar da CRCV, a verdade é que o “mandato” dele terminará no próximo dia 31 de Outubro de 2011.

### **3.2 - Procuradorias da República**

São ainda órgãos do MP as Procuradorias da República. Estas compreendem as Procuradorias da República de Círculo – que foram criadas pela LOMP na sequência da revisão constitucional de 2010 que, também, criou os Tribunais de Relação – e as Procuradorias da República de Comarca.

As Procuradorias da República de Círculo, tal como os Tribunais de Relação, deverão ser instaladas no prazo de três anos.

## **4. Instalações e equipamentos**

### **4.1 - Procuradoria-Geral da República**

A Procuradoria-Geral da República, de acordo com a Constituição e com a LOM, tem sede na Cidade da Praia. Encontra-se sedeadada no edifício situado na encosta de Achada de Santo António, rampa de Terra Branca, num edifício novo, com espaços suficientes para gabinetes de magistrados e secretarias. Está bem equipada, sobretudo, a nível de segurança.

### **4.2 - Procuradorias da República**

As Procuradorias da República das Comarcas funcionam nos palácios de Justiça, onde existem, e nos edifícios onde se localizam os respectivos Tribunais de Comarca.

## **5. Recursos**

### **5.1 - Recursos humanos**

Na PGR, para além do Procurador-Geral da República, exercem funções dois Procuradores-Gerais Adjuntos, um Procurador da República de Círculo, duas Procuradoras da República e um Delegado do Procurador da República. Estes coadjuvam o Procurador-Geral da República e os Procuradores-Gerais Adjuntos no exercício das suas funções, designadamente nas de representação do MP nos Tribunais Superiores, elaborando pareceres nos processos que lhes sejam distribuídos.

A Secretaria da Procuradoria-Geral da República funcionou com dois Secretários Judiciais, sendo que um deles acumulou o cargo de Secretário da Procuradoria-Geral da República com o de Secretário do Conselho Superior do Ministério Público. Contou ainda com três escrivães de Direito, uma Ajudante de Escrivão, dois condutores e duas ajudantes dos Serviços Gerais.

Exerceram funções nas Procuradorias da República, 36 Procuradores da República. No decurso do ano judicial, ingressaram mais quatro magistrados.

Note-se, no entanto, que dos quatro magistrados que iniciaram funções, um faleceu em Junho de 2011, ficando a Procuradoria da República da Comarca do Maio, onde exercia funções, sem magistrado.

Quanto a funcionários, como é sabido, as Procuradorias da República de Comarca, com excepção das da Praia, São Vicente e Santa Catarina, não dispõem de secretarias próprias.

Nas restantes 13 Procuradorias da República de Comarca, onde existem secretarias comuns, o exercício de actividades pelo Ministério Público está fortemente condicionado à vontade de terceiros, já que os funcionários foram nomeados para as secretarias judiciais.

Para além das Procuradorias da República da Comarca da Praia, de São Vicente e de Santa Catarina, apenas a da Comarca de São Filipe dispõe de um Secretário.

Note-se, no entanto, que o grosso dos trabalhos que o Código de Processo Penal (CPP) atribui aos funcionários Oficiais de Justiça, no âmbito do processo penal, está concentrado, basicamente, na fase de *instrução*, que é dirigido e presidido pelo Ministério Público. Por isso, não se compreende que, a nível das comarcas, ainda existam mais Oficiais de Justiça nos Tribunais e Juízos Criminais do que nas Procuradorias da República.

A Procuradoria da República da Comarca de Praia contou com 36 funcionários, sendo 1 Secretário Judicial, 5 Escrivães de Direito, 13 Ajudantes de Escrivão, 14 Oficiais de Diligências, 1 Condutor e 2 Ajudantes de Serviços Gerais.

Na Procuradoria da República da Comarca de São Vicente exercem funções 14 funcionários, sendo 1 Secretário Judicial, 1 Escrivão de Direito, 5 Ajudantes de Escrivão, 5 Oficial de Diligência, 1 Condutor e 1 Ajudante de Serviços Gerais.

Na Procuradoria da República da Comarca de Santa Catarina exercem funções 12 funcionários, sendo 1 Secretário Judicial, 4 Ajudantes de Escrivão, 5 Oficial de Diligência, 1 Condutor e 1 Ajudante de Serviços Gerais.

## **5.2- Recursos financeiros**

Os recursos financeiros para o funcionamento do MP constam da Lei do Orçamento do Estado para o ano económico a que se reporta este Relatório.

Note-se que antes da revisão constitucional de 2010 e da aprovação e entrada em vigor da LOMP, apenas a Procuradoria-Geral da República dispunha de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. A LOMP, no desenvolvimento do estatuído na Constituição da República de Cabo Verde (CRCV), veio estender a autonomia administrativa, financeira e patrimonial a todos os órgãos do MP, que serão geridos pelo CSMP.

## **CAPÍTULO III – FUNCIONAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E EXERCÍCIO DAS SUAS ACTIVIDADES**

### **1. Procuradoria-Geral da República**

Sendo o representante do Ministério Público nos Tribunais superiores, o Procurador-Geral da República, dentro da normalidade institucional, assegurou a direcção desta instituição, fiscalizou as actividades do Ministério Público e dos órgãos de polícia criminal, bem como a actuação dos magistrados e agentes do Ministério Público.

No domínio das intervenções processuais, a Procuradoria-Geral da República, através do Procurador-Geral da República e dos Procuradores-Gerais Adjuntos, assegurou a representação do Ministério Público nos Tribunais Superiores, isto é, no Supremo Tribunal de Justiça e no Tribunal de Contas, em todas as jurisdições como adiante se especifica, e no Tribunal de Contas.

Passemos, então, a indicar, especificadamente, as intervenções nos Tribunais Superiores.

#### **1.1 - Intervenções no Supremo Tribunal de Justiça**

##### **a) Área penal**

Em relação ao movimento processual, na jurisdição criminal, no Supremo Tribunal de Justiça, a Procuradoria-Geral da República teve intervenção, em sede de “visto” em 467 processos, sendo, 432 referentes a autos crimes de recurso, nos quais emitiu parecer; 14 reclamações de despachos de não admissão de recursos e de outros despachos.

O Procurador-Geral da República e os Procuradores Gerais Adjuntos intervieram, em representação do Ministério Público, em 22 autos de providência de *habeas corpus*, incluindo as respectivas sessões de audiência de discussão e julgamento.

Ainda no domínio da jurisdição penal, a Procuradoria-Geral da República promoveu a execução de todos os acórdãos proferidos pelo Supremo Tribunal de Justiça, num total de 33.

Refira-se ainda que a Procuradoria-Geral da República promoveu, junto ao Supremo Tribunal de Justiça, a detenção provisória, para efeitos de extradição, de uma cidadã



espanhola e um cidadão francês, cujos mandados de detenção internacional foram divulgados pela *INTERPOL*. No prazo estipulado na lei, interpôs, junto da mesma instância, o correspondente processo de extradição daquelas pessoas, que consentiram na respectiva extradição.

Foi transmitido às correspondentes autoridades Portuguesas o pedido de extradição de dois cidadãos cabo-verdianos. Estes cidadãos foram acusados em processos que correm termos na Procuradoria da República de Comarca da Praia, por crimes de tráfico ilícito de estupefacientes e substâncias psicotrópicas praticados em Portugal. Os referidos cidadãos vieram acoitar-se em Cabo Verde e ao tomarem conhecimento de que lhes foram instaurados processos-crimes na sequência da recusa de extradição que Portugal havia formulado, voltaram àquele país.

## **b) Área cível**

No âmbito de Jurisdição cível, a Procuradoria-Geral da República teve intervenção em 412 processos, com maior destaque para 227 autos cível de apelação, 106 autos cível de agravo, 166 autos de revisão e confirmação de sentença estrangeira, 2 autos de recurso de tutela jurisdicional efectiva, 8 autos de reclamação cível, e 3 autos de pedido de escusa, bem como exame e fiscalização de contas efectuadas tanto em processos cíveis como em processos crimes, entre outros.

## **c) Área Constitucional**

A Procuradoria-Geral da República interveio em 3 autos de fiscalização concreta da constitucionalidade e em 11 autos de amparo constitucional, emitindo os correspondentes pareceres, nos termos da lei.

## **d) Área do contencioso administrativo**

Como é sabido, o contencioso de actos administrativos está concentrado, quase na sua totalidade, no Supremo Tribunal Administrativo. A Procuradoria-Geral da República interveio em 117 processos, tendo emitido 110 pareceres.

## **1.2- Intervenções no Tribunal de Contas**

Nos termos do art. 34º da Lei nº 84/IV/93, de 12 de Julho, que estabelece a competência, organização e funcionamento do Tribunal de Contas, o Ministério Público é representado junto do Tribunal de Contas pelo Procurador-Geral da República, que pode delegar as suas funções num procurador regional colocado na Região Judicial da Praia.

O Ministério Público actua oficiosamente e goza de poderes e faculdades estabelecidas nas leis de processo.

No âmbito das suas funções junto ao Tribunal de Contas, o representante do Ministério Público intentará perante os Tribunais comuns as competentes acções criminais e civis, por responsabilidade criminal ou civil, respectivamente, relativas a actos financeiros.

Nesta conformidade, o Ministério Público tem intervenção junto daquela instância, quer a nível de fiscalização preventiva<sup>3</sup> quer, ainda e fundamentalmente a nível de fiscalização sucessiva<sup>4</sup>.

No que à *fiscalização preventiva* diz respeito, a intervenção do Ministério Público tem uma relativa importância. Como é sabido, a concessão do visto é da competência de um juiz singular. Este, se entender que o processo está em condições de ser visado, concede o competente visto, limitando-se depois a notificar o Ministério Público em 48 horas, nos termos do artigo 25º do Decreto-lei n.º 47/89, de 26 de Junho, vigorando a obrigação de também notificar o Ministério Público, quando entenda que deve ser recusado o visto, e deferindo o processo à conferência – artigo 27º, também do Decreto-lei n.º 47/89.

A intervenção do Ministério Público tem maior expressão em matéria de *fiscalização sucessiva*, pese embora todo o impulso processual e a instrução dos processos estejam ainda na dependência do Tribunal de Contas<sup>5</sup>.

Aqui a intervenção do Ministério Público poderá ter lugar logo no seu parecer ao relatório final dos SATC, podendo promover a *condenação reintegratória* em caso de alcance ou desvio de dinheiros ou outros valores ou de pagamentos indevidos nos termos do art. 36º da Lei n.º 84/IV/93, de 12 de Julho, ou a *relevação de responsabilidade* (art. 37º) ou ainda *julgamento de quitação* dos responsáveis. Também pode promover a *instauração de um*

---

<sup>3</sup> A fiscalização preventiva tem por fim verificar se os diplomas, despachos, contratos e outros documentos a ela sujeitos estão conformes às leis em vigor e se os encargos têm cabimento em verba orçamental própria. A fiscalização preventiva é exercida através do visto e da declaração de conformidade – n.ºs 1 e 2 do artigo 12 do Regimento do TC, Lei n.º 84/IV/93, de 12 de Julho, já referido.

<sup>4</sup> O Tribunal de Contas julga as contas que lhe são submetidas pelas entidades sob a sua jurisdição, com o fim de apreciar a legalidade de arrecadação das receitas, bem como das despesas assumidas, autorizadas e pagas, e, tratando-se de contratos, se as suas condições foram as mais vantajosas à data da respectiva celebração – n.º 1 do artigo 15º. Ainda, no âmbito de fiscalização sucessiva, o Ministério Público tem intervenção quando o Tribunal de Contas julga os processos para aplicação de multas e outras penas decorrentes de responsabilidade por actos financeiros, os processos de impossibilidade de julgamento de contas, entre outros, p. nos termos do artigo 15º.

<sup>5</sup> É o Tribunal que faz a instrução dos processos. Em regra, recebida as contas, os Serviços de Apoio do Tribunal de Contas (SATC) analisam-nas e produzem um Relatório Inicial. Citado o responsável da conta do conteúdo do relatório, este deverá responder num período de 30 dias – art. 29º do Decreto-Lei n.º 47/89. Depois disso, os SATC elaboram um Relatório Final e só depois, por despacho do relator, é citado o Ministério Público, para dizer ou promover o que achar conveniente. Após isto, o processo é enviado ao TC e o relator elabora um projecto de acórdão que é levado a julgamento, quer para efeitos de condenação, de quitação ou de impossibilidade de julgamento.

*processo de multa*, caso se verificar algum dos casos previstos nos termos do artigo 35º com vista à aplicação de multa.

Estas promoções também poderão ter lugar em sede de audiência de discussão e julgamento – quando o Ministério Público estiver presente – ou ainda após a notificação do acórdão, isto, naturalmente, para a instauração de processo de multa. Neste processo, como se sabe, a intervenção do Ministério Público verifica-se em dois momentos: num primeiro, logo que distribuído e autuado, é dado vista, podendo o seu representante requerer o que tiver por conveniente – art. 33º do Regimento do TC, Decreto-Lei n.º 47/89, já referido –; e, num segundo, logo que o autor da infracção seja citado dos factos que lhe são imputados e ele apresentar a sua contestação. Ou, decorrido o prazo para o efeito, é notificado o Ministério Público para emitir parecer – artigos 34º e 35º, respectivamente, da lei supra.

A actuação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas não se restringe apenas ao nível de responsabilidade financeira ou ao processo de multa, podendo, também ter lugar a efectivação de responsabilidade criminal quando a conduta dos responsáveis consubstanciar a existência de crime<sup>6</sup>. Neste caso, deve o representante mandar extrair cópias de documentos e remeter à Procuradoria da Comarca da residência dos responsáveis para efeitos de efectivação de responsabilidade criminal – parte final do n.º 1 do artigo 36º da Lei n.º 84/IV/93.

A Procuradoria-Geral da República interveio em processos que correram termos no Tribunal de Contas, nos termos da lei, tendo emitido pareceres e “vistos” em 71 processos, incluindo recusa de visto, fiscalização preventiva e fiscalização sucessiva.

---

<sup>6</sup> De modo geral, crimes de burla e falsificação de documentos.

### 1.3 - Outras intervenções

A Procuradoria-Geral da República teve ainda intervenção em 2 processos de contencioso eleitoral, contencioso de apresentação de candidatura, no âmbito das eleições legislativas organizadas e realizadas a 6 de Fevereiro de 2011; teve intervenção em 1 auto de recurso de Contencioso Fiscal e Aduaneiro, em 3 autos de pedido de assistência judiciária, em 1 auto de declaração de suspeição e em 1 auto de incidente de suspeição.

### 1.4 - Autoridade Central

Em regra, os instrumentos formais de Direito Internacional Público atribuem a cada Estado parte a competência para designar a sua Autoridade Central, nos termos do respectivo Direito interno. Nestas situações, em harmonia com o disposto no artigo 185º e na alínea a) do nº 1 do artigo 203º da CRCV, cabe ao Governo, enquanto executivo do Estado, designar a Autoridade Central. Foi, aliás, com base nestas disposições constitucionais e dos correspondentes preceitos constantes de instrumentos de Direito Internacional Público que a Procuradoria-Geral da República de Cabo Verde foi designada pelo Governo como Autoridade Central, nomeadamente, no âmbito da Convenção Internacional contra a Corrupção, da Convenção das Nações Unidas sobre a criminalidade organizada e transnacional, e da Convenção de Haia relativa à Protecção das Crianças e à Cooperação em matéria de Adopção Internacional. Esta Convenção<sup>7</sup> dedica o Capítulo III a Autoridades centrais e organismos acreditados, estabelecendo, no nº 1 do artigo 6º, o seguinte: *“Cada Estado contratante designará uma Autoridade Central encarregue de dar cumprimento às obrigações decorrentes da presente Convenção.”*

Relativamente à cooperação com Portugal, o Acordo de Cooperação Jurídica e Judiciária entre Cabo Verde e a República Portuguesa contém uma disposição sobre a designação das Autoridades Centrais, figurando a Procuradoria-Geral da República por parte de Cabo Verde.

Por outro lado, a LOMP estabelece, na alínea a) do artigo 20º, que compete à Procuradoria-Geral da República *“Exercer as funções de autoridade central em matéria de cooperação jurídica e judiciária, nos termos de tratados e acordos internacionais de que Cabo Verde*

---

<sup>7</sup> Aprovada, para adesão, pela Resolução nº 105/VII/2009, de 29 de Junho, entrou em vigor na ordem jurídica cabo-verdiana em 1 de Janeiro de 2010.

*seja parte.*” Por sua vez, a Lei nº 6/VIII/2011, de 29 de Agosto de 2011, que aprova os princípios da cooperação judiciária internacional em matéria penal, veio dispor que a Procuradoria-Geral da República é Autoridade Central em todas as formas de cooperação jurídica e judiciária internacional.

No exercício de funções de Autoridade Central em matéria de cooperação jurídica e judiciária internacional, a Procuradoria-Geral da República recebeu 75 candidaturas à adopção internacional enviadas pelas Autoridades Centrais de Portugal, Espanha, França, Áustria e Alemanha. Porém, tais pedidos aguardam a adopção de medidas legislativas que regulem a adopção internacional, em conformidade com a Convenção de Haia sobre a matéria. É que a entrada em vigor da referida Convenção na ordem jurídica cabo-verdiana derogou o direito ordinário interno sobre a adopção internacional. Relativamente aos pedidos referentes aos processos de adopção internacional que deram entrada nos tribunais antes da entrada em vigor da referida Convenção na ordem jurídica cabo-verdiana, a Procuradoria-Geral da República teve intervenção em 28 processos, tendo emitido os correspondentes pareceres.

A Procuradoria-Geral da República realizou, na sua sede, 14 reuniões de trabalho, nomeadamente com representantes das autoridades centrais de outros Estados-membros da Convenção de Haia sobre a adopção internacional, com a ONUDC e com representantes da CEDEAO no âmbito de combate à corrupção.

A Procuradoria-Geral da República, por intermédio do Procurador-Geral da República ou dos Procuradores Gerais Adjuntos, participou nos seguintes eventos destinados às autoridades centrais em matéria de cooperação jurídica e judiciária:

- 2º Encontro da Associação Internacional das Autoridades Anti-Corrupção, que decorreu em Macau, China, entre os dias 4 e 6 de Novembro de 2010.
- Encontro de trabalho, com vista ao estabelecimento de uma parceria, com a Rede Judiciária Europeia, EUROJUST, que decorreu em Haia, Holanda, entre os dias 9 e 12 de Novembro de 2010. Neste encontro, Cabo Verde, através do Ministério da Justiça, negociou e assinou um acordo de intenção, tendo em vista o estabelecimento de uma parceria.
- 3º Seminário da Associação Internacional das Autoridades Anti-Corrupção, que decorreu em Shanghai, China, entre os dias 3 e 6 de Julho de 2011.

No âmbito da cooperação judiciária internacional, enquanto Autoridade Central, a Procuradoria-Geral da República recebeu e promoveu o cumprimento dos diversos pedidos de cooperação junto das autoridades judiciárias nacionais competentes.

No que respeita ao Auxílio Judiciário Mútuo, transmitido através de Cartas Rogatórias, foram recebidos de Portugal, Reino Unido, Holanda, França, Itália e Estados Unidos da América, 152 Cartas Rogatórias. Transitaram, do ano anterior, 32 Cartas Rogatórias, totalizando 184, das quais foram devolvidas 108, devidamente cumpridas. 76 Cartas Rogatórias aguardam a prática de actos ou diligências pelas autoridades judiciárias competentes das diversas comarcas do país e o consequente envio à Procuradoria-Geral da República para devolução à entidade rogante.

### **1.5 - Outros pareceres emitidos**

Além dos pareceres nos processos, a Procuradoria-Geral da República emitiu pareceres que, nos termos da lei, foram solicitados ao Ministério Público, designadamente no âmbito de projectos de diplomas legais e de projectos de tratados ou convenções, num total de 11 pareceres.

### **1.6 - Processos instaurados e autuados na Procuradoria-Geral da República**

Foram registados e autuados na Procuradoria-Geral da República 6 processos, os quais foram remetidos às Procuradorias da República territorialmente competentes para dar continuidade aos respectivos procedimentos.

### **1.7 - Formação de magistrados**

A melhoria da capacidade de resposta do Ministério Público às demandas decorrentes das suas atribuições constitui um dos objectivos fixados pela Procuradoria-Geral da República. Assim, a Procuradoria-Geral da República concebeu e executou um programa de formação, que possibilitou a que, nos últimos dois anos, todos os magistrados do Ministério Público em exercício de funções beneficiassem de acções de formação, quer no país quer no estrangeiro.

No ano a que se reporta o presente relatório foram realizadas e proferidas as seguintes acções de formação:



### 1.7.1 - Acções de formação para magistrados

- Programa de capacitação para os estados membros da CEDEAO sobre o processamento de crimes económicos e financeiros. Nesta formação, realizada em Benim, de 4 a 8 de Outubro de 2010, participaram duas Procuradoras da República;
- Formação especializada de magistrados sobre a criminalidade altamente organizada e crimes económicos e financeiros relacionados com as técnicas de investigação criminal. Esta formação foi organizada pela Procuradoria-Geral da República, em parceria com a Polícia Judiciária portuguesa, e contou com financiamento dos escritórios da ONUDC sedeados na Cidade da Praia. A formação decorreu em Lisboa, na Escola da referida Polícia Judiciária, entre os dias 15 e 26 de Novembro, tendo nela participado 20 magistrados do Ministério Público, entre Procuradores da República e Delegados do Procurador da República;
- Acção de capacitação de magistrados do Ministério Público, no âmbito do Acordo entre o Ministério da Justiça e a Cooperação Portuguesa. Esta formação decorreu em Lisboa entre os dias 22 de Novembro e 16 de Dezembro, e nela participaram 8 magistrados;
- Adopção internacional face à Convenção de Haia<sup>8</sup> – experiências italiana e cabo-verdiana. Este seminário/formação foi realizado pela Procuradoria-Geral da República, em parceria com duas entidades da Região de Piemonte, Itália, *Agenzia Regionale per le Adozioni Internazionali* – ARAI – e NOVA. Este seminário decorreu na Cidade da Praia, entre 20 e 21 de Dezembro de 2010, contou com a presença e participação de todos os magistrados do Ministério Público, com excepção dos que se encontravam de turno ou em julgamentos e outras diligências previamente marcadas, e ainda de três juízes. Participaram, como conferencistas, magistrados italianos e cabo-verdianos (Juízes e Procuradores) que exercem funções no Tribunal de Infância e Juventude de *Torino* e Juízo de Família e Menores do Tribunal da Comarca da Praia, respectivamente, e um cabo-verdiano, especialista em Direito Internacional Privado e docente universitário;

---

<sup>8</sup> Convenção relativa à protecção das crianças e à cooperação em matéria da adopção internacional, adoptada pela conferência de Haia de Direito Internacional Privado, de 29 de Maio de 1993. Esta Convenção foi aprovada para adesão pela Assembleia Nacional através da Resolução nº 105/VII/2009, de 29 de Junho.

- Seminário Regional de capacitação sobre crimes económicos e financeiros para Procuradores. Este seminário, organizado pelo GIABA e realizado em Abuja, Nigéria, entre os dias 23 a 25 de Maio de 2011, contou com a presença e participação de dois magistrados do Ministério Público;
- *Workshop* sobre técnicas regionais de segurança marítima. Este seminário foi organizado pelo *United States Africa Command*, e decorreu em *Garmisch* – Alemanha entre os dias 19 e 21 de Julho de 2011.
- *Workshop* com vista a debater e socializar uma proposta de modelo de intervenção dos Serviços de Reinserção Social na área Penal e da Execução das Medidas Tutelares socioeducativas. Este *Workshop* foi organizado pelo Ministério da Justiça, através da Direcção-Geral dos Serviços Penitenciários e da Reinserção Social. Teve lugar na Cidade da Praia, no dia 21 de Julho, e nele participaram todos os magistrados do Ministério Público que exercem funções nas Procuradorias da República da Ilha de Santiago, com excepção dos que naquele dia se encontravam de turno.
- Acção de capacitação para os procuradores que presidem as Assembleias Gerais de apuramento de votos. Esta acção foi organizada na Cidade da Praia, pela Comissão Nacional de Eleições, tendo decorrido nos meses de Janeiro e Julho de 2011, contando com a participação de 11 magistrados do Ministério Público em cada sessão.
- Workshop de interacção entre os profissionais envolvidos na luta contra a violência baseada no género. Este *workshop* foi organizado pela Associação Cabo-verdiana das Mulheres Juristas, teve lugar na Cidade da Praia no dia 19 de Abril de 2011, e nele participaram 10 magistrados do Ministério Público.

### **1.7.2 - Conferências e palestras proferidas**

- *Conference on joinig to combat transnacional bribery*, realizada na Sede do Banco Mundial, em Washington, USA, entre os dias 3 e 8 de Dezembro de 2010. Nesta conferência, a Procuradoria-Geral da República esteve representada pelo Procurador-Geral da República, que se fez acompanhar de um Procurador da República;

- Perspectiva jurídica sobre a ética nos sectores público e privado. Esta conferência foi proferida pelo Procurador-Geral da República, na Cidade da Praia, em Outubro de 2010.
- Iniciação e formação em cooperação e assistência judiciária mútua em matéria criminal. Nesta acção, que decorreu em Bissau (Guiné Bissau) entre os dias 13 e 17 de Dezembro de 2010, a convite da ONUDC – Viena, participou o Procurador-Geral da República, que proferiu uma conferência subordinada ao tema “*Perspectiva (s) africana (s) em Auxílio Judicial Mútuo e Cooperação Judiciária em matéria penal*”;
- *United State Africa Command, 2ª annual Africa Military Legal Conference* – sobre procedimentos legais marítimos em África, relacionados com actividades de pirataria e tráfico de armas, drogas e pessoas. Esta conferência decorreu nas Maurícias entre os dias 2 e 4 de Maio de 2011. A Procuradoria-Geral da República foi convidada a participar no evento pela Embaixada dos Estados Unidos da América na Cidade da Praia. O Dr. Alcindo Soares, Procurador-Geral Adjunto, representou a Procuradoria-Geral da República. Dissertou sobre o quadro legal cabo-verdiano sobre a matéria em debate;
- *O papel da segurança privada na segurança pública em Cabo Verde*. Esta conferência foi proferida pela Procuradora-Geral Adjunta Dr.<sup>a</sup> Lisete Neves, na Cidade da Praia, em 20 de Maio de 2011;
- *Aspectos jurídicos relacionados com o exercício da profissão médica*. Conferência proferida pela Procuradora-Geral Adjunta, Dr.<sup>a</sup> Lisete Neves, na Ilha do Sal, III Congresso Médico Nacional, em 28 de Maio de 2011.

## **1.8 - Relações com entidades estrangeiras**

### **1.8.1- Representação da Procuradoria-Geral da República nas associações ou entidades de que faz parte**

A Procuradoria-Geral da República é membro institucional, há vários anos, da Associação Internacional dos Procuradores, designada abreviadamente por IAP, e da Associação dos Procuradores de África, designada abreviadamente por APA, que é uma associação daquela. Tem sido prática o Procurador-Geral da República, enquanto presidente da

Procuradoria-Geral da República, participar nas reuniões anuais destas duas associações, cujas delegações dos países membros são chefiadas pelos respectivos Procuradores Gerais. Nesse quadro, o Procurador-Geral da República participou nas seguintes conferências:

- Seminário de celebração dos 20 anos do Tratado de Auxílio Mútuo em Matéria Penal entre Brasil e Portugal e no IX Encontro de Procuradores Gerais da CPLP. Estes dois eventos decorreram em Brasília, entre os dias 26 e 27 de Maio de 2011. Acompanharam o Procurador-Geral da República nestes dois eventos o Procurador-Geral Adjunto, Dr. Alcindo Soares, e o Procurador da República de Círculo, Dr. Henrique Monteiro.
- 16ª Conferência Anual da IAP e 4ª Cúpula Mundial dos Procuradores Gerais, que decorreram entre os dias 26 de Junho e 2 de Julho de 2011, em *Seoul*, na *Koreia* do Sul.
- 6ª Conferência Anual da APA, que decorreu entre os dias 10 e 12 de Agosto de 2011, em Kigali, *Rwanda*.

## **1.9 - Conselho Superior do Ministério Público**

### **1.9.1 - Actividades desenvolvidas**

O CSMP funcionou com os seguintes membros:

**Procurador-Geral da República**, que convocou e presidiu às reuniões, com excepção de uma em que, por impedimento, foi substituído por um dos Procuradores-Gerais Adjuntos por ele designado, nos termos do disposto no artigo 10º do Estatuto dos Magistrados do Ministério Público vigente na data da reunião;

**Dois magistrados do Ministério Público**<sup>9</sup> eleitos pelos seus pares, Dr. António Maria Martins Claret e Dr. António Pedro Lopes Borges;

**Dois dos quatro cidadãos eleitos pela Assembleia Nacional**, Dr. Eutrópio Lima da Cruz e Dr.<sup>a</sup> Raquel Odete Fortes;

**Um cidadão designado pelo Governo**, Eng. António Pedro Barbosa Borges.

---

<sup>9</sup> A LOMP veio estabelecer que fazem parte do CSMP três magistrados do MP, eleitos pelos seus pares. No entanto, por falta de meios para se realizar a assembleia de magistrados, não foi marcada ainda a data da referida eleição.

O Dr. José Maria Martins e Dr. David Freire de Carvalho, que haviam sido eleitos pela Assembleia Nacional para integrarem o CSMP renunciaram aos respectivos mandatos em 2008, dando conhecimento ao CSMP e à Assembleia Nacional.

Não obstante, em 2009, o Procurador-Geral da República oficiou à Assembleia Nacional, solicitando, sem sucesso, que fossem eleitos outros cidadãos para integrarem o CSMP, em substituição dos que renunciaram aos respectivos mandatos. Este vazio perturba o funcionamento do CSMP, já que com apenas seis dos seus nove membros, em várias ocasiões não foi possível realizar a reunião, por falta de quórum.

No ano em referência, realizaram-se 12 reuniões, sendo 7 ordinárias e 5 extraordinárias, tendo tomado, entre outras deliberações, as seguintes:

- a) Deliberação n.º 17/2010 de 28 de Dezembro – delibera renovar a licença sem vencimento para exercer funções em Organismo Internacional (PNUD – República Democrática de Timor Leste), com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2011, do Procurador da República Ajudante do Procurador Geral da República, Dr. Franklin Afonso Furtado;
- b) Deliberação n.º 16 /2010, de 28 de Dezembro – promove o Procurador da República de 3ª Classe, Dr. Júlio César Martins Tavares a Procurador da República de 2ª Classe;
- c) Deliberação n.º 15/2010 de 28 de Dezembro – promove, em conformidade com as disposições combinadas dos artigos 2º. N.º 2 do Decreto-Lei n.º 36/97, de 2 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 62-A/2005 de 3 de Outubro, 29º n. 2 e 63º n.º 3 da Lei n.º 136/IV/95, de 3 de Julho, os magistrados, Dr. José Carlos Lopes Correia e Dr. Patrício Monteiro Varela, de Procurador da República de 3ª Classe, Escalão B, Índice 146, para Procurador da República de 2ª Classe, Escalão A, Índice 154;
- d) Deliberação de 28 de Dezembro – promove o Procurador de 3ª Classe Dr. Vital Santos Moeda Filho a Procurador da República de 2ª Classe, Escalão B, Índice 146;
- e) Deliberação n.º 12/2010 de 28 de Dezembro – nomeia os Drs. Elisa Solange Gomes Mendes, António Mendes Moreira, Belmiro Batalha Lopes, Nereida Simone do Rosário da Luz, António Sebastião Sousa e Nueli Margarete Monteiro Duarte, para

exercerem provisoriamente, o cargo de Procurador da República de 3ª Classe, Escalão A, Índice 140;

- f) Deliberou-se no sentido de colocar os Drs. Elisa Solange Gomes Mendes, António Mendes Moreira, Belmiro Batalha Lopes e Nereida Simone do Rosário na Procuradoria da República da Comarca da Praia, e os Drs. António Sebastião Sousa e Nueli Margarete Monteiro Duarte na Procuradoria da República da Comarca de S. Vicente;
- g) Deliberação n.º 01/2011 de 28 de Janeiro – progride, ao abrigo dos artigos 29º n.º 3 e 63º n.º 3 da Lei n.º 136/95, de 3 de Julho, os seguintes magistrados: Drs. Otelindo Levy Rivera de Jesus, Alcindo Júlio Soares, Lisete Celeste Barbosa Brito Neves, Vicente Timóteo Gomes Silva, Albertino da Silva Mendes, António Bibiano Varela e Carla Varela Souto Gonçalves;
- h) Deliberação n.º 02/2011 de 28 de Janeiro – progride o Sr. João Alberto Barros Tavares, Delegado do Procurador da República de 1ª Classe, Escalão A, Índice 121, para Delegado do Procurador da República de 1ª Classe, Escalão A, Índice 134;
- i) Deliberação de 28 de Fevereiro – rectifica os efeitos da anterior deliberação, das progressões dos Drs. Otelindo Levy Rivera de Jesus, Alcindo Júlio Soares e Vicente Timóteo Gomes Silva;
- j) Deliberação n.º 03/2011 de 28 de Fevereiro – coloca o Dr. Júlio César Martins Tavares, Procurador da República de 2ª Classe, na mais alta categoria da Magistratura do Ministério Público;
- k) Deliberação n.º 06/2011 de 14 de Março – no sentido de se propor ao Ministro da Justiça, através do Procurador-Geral da República, que seja ponderada a possibilidade de, no âmbito da reapreciação parlamentar do Estatuto dos Magistrados do Ministério Público, permitir a colocação dos Delegados do Procurador da República, na categoria de Procuradores da República Assistentes, para coadjuvarem os Procuradores da República nas Procuradorias da república de acesso final;
- l) Deliberação n.º 08/2011 de 31 de Março – concede licença para leccionar no período pós-laboral, todas as sextas feiras, a partir das 18 horas, e aos sábados, das

9 às 11 horas, ao Procurador da República da Comarca do Paúl, Dr. António Sebastião de Sousa;

- m) Deliberação n.º 09/2011 de 31 de Março – transfere, por conveniência de serviço, sob proposta do Procurador-Geral da República, os magistrados a seguir indicados:
- Dr. Victor Guilherme Gomes dos Santos, da Procuradoria da República da Comarca de Santa Cruz para a Comarca de S. Domingos;
  - Dr. Daniel Hostelino Alves Monteiro, da Procuradoria da República da Comarca do Maio para a Comarca de Santa Catarina;
  - Dra. Maria Onilda Monteiro Silva, da Procuradoria da República da Comarca da Brava para a Comarca de S. Filipe, na Ilha do Fogo;
  - Dra. Inisabel de Barros Marques, da Procuradoria da República da Comarca de S. Nicolau para a Comarca de Santa Cruz;
- n) Deliberação n.º 09/2011 de 18 de Julho – no sentido de os Magistrados do Ministério Público absterem-se de participar, com regularidade, em programas concebidos e difundidos pelos órgãos de comunicação social, sem prévia autorização, como impõe a lei;
- o) Deliberação de 25 de Julho – comunica a um leque de magistrados do Ministério Público, nos termos do disposto na LOMP e no EMMP, que serão transferidos/movimentados, na próxima sessão do Conselho do Ministério Público;
- p) Deliberação n.º 11/2011 de 25 de Julho – nomeia, provisoriamente, para a magistratura do Ministério Público, as licenciadas em Direito, Dras. Dilma Vanise Varela Monteiro, Carmelita Pereira e Sílvia Cristina Lima Gomes Soares, com colocação na Procuradoria da República da Comarca da Praia, e Dra. Dília da Silva Moeda, com colocação na Procuradoria da República da Comarca de S. Vicente, todas na categoria de Procuradores da República Assistentes;
- q) Deliberação n.º 13/2011 de 25 de Julho transfere, por razões familiares e a seu pedido, o Dr. Carlos Manuel de Pina Martins Furtado, Procurador da República na Procuradoria da República da Comarca de S. Vicente para a Procuradoria da República da Comarca da Praia, com efeitos a partir de 16 de Setembro de 2011;

- r) Deliberação n.º 15/2011 de 29 de Julho – procede à transferência e colocação de 8 Procuradores da República, com efeitos a partir de 16 de Setembro de 2011;
- s) Deliberação n.º 16/2011 de 29 de Julho – renova a licença sem vencimento para exercer funções em Organismo Internacional (PNUD – República Democrática de Timor Leste), com efeitos a partir de 01 de Setembro de 2011, do Procurador da República de 2ª Classe, Dr. Óscar Silva dos Reis Tavares.

De realçar que ao longo do ano judicial sob apreciação, antes da entrada em vigor da LOMP, nas várias sessões realizadas pelo CSMP, em que o assunto a discutir era a transferência/colocação de magistrados, houve sempre discussão em torno do conflito positivo de competência entre o CSMP e o Procurador-Geral da República.

### **1.9.2 - Serviço de Inspeção**

A LOMP, no seguimento da revisão constitucional operada em 2010, criou um Serviço de Inspeção do Ministério Público, estabelecendo, no artigo 58º, que o mesmo é integrado por um corpo de inspectores, de que fazem parte um Inspector Superior e um mínimo de três outros inspectores, recrutados de entre os magistrados do Ministério Público. Dispõe ainda que o Inspector Superior e os Inspectores são nomeados pelo CSMP, sob proposta do Procurador-Geral da República, tendo em conta o resultado de concurso realizado para o efeito.

O anterior Estatuto dos Magistrados do Ministério Público previa apenas uma Inspeção do Ministério Público. A Inspeção, que ainda funciona, dispõe apenas do Inspector Superior, de um Secretário e de um Ajudante de Escrivão.

Dispõe o artigo 4º, nº 3, do Decreto-Lei nº 51/83, de 25 de Junho, aplicável *ex vi* do disposto no artigo 28º do mesmo diploma, que o Inspector Superior do Ministério Público é nomeado, em comissão de serviço, por um período de dois anos, renovável. Ora, como é evidente, a renovação da comissão de serviço não se opera automaticamente. Desde logo, porque, não resultando isso nem expressa nem implicitamente da citada norma, configura-se proibida, como determinam os princípios da legalidade e da competência.

Assim, na medida em que a lei não prevê renovação automática da comissão de serviço, a situação jurídica decorrente do despacho acima referido que nomeou o mencionado magistrado para o cargo de Inspector Superior do Ministério Público extinguiu-se, por



caducidade, logo que decorreram dois anos sobre a data da sua nomeação para essa condição.

Tendo sido nomeado desde 15 de Outubro de 2003 para o cargo de Inspector Superior do Ministério Público, empossado em 31 de Outubro do mesmo ano, o magistrado do Ministério Público passou a estar em situação irregular desde 31 de Outubro de 2005, em virtude da extinção, por caducidade, do respectivo vínculo jurídico.

No entanto, ficcionando a existência de um mandato, veio o legislador constitucional, através da Lei Constitucional nº 1/VII/2010, de 3 de Maio, estabelecer, no nº 4 do artigo 3º, sob epígrafe (**Manutenção em Funções**), que “ o *actual Inspector Superior Judicial e o actual Inspector Superior do Ministério Público mantêm-se em funções até o termo dos respectivos mandatos.*”

Ainda que se considere que o vínculo do Inspector Superior do Ministério Público não tenha caducado, como parece resultar da CRCV, a verdade é que o seu “mandato” terminará no dia 31 de Outubro de 2011.

Em conformidade com as deliberações do CSMP ou por iniciativa do Procurador-Geral da República, o actual Inspector superior do Ministério Público procedeu a dois inquéritos e instruiu dois processos disciplinares instaurados a magistrados. Não é do conhecimento do CSMP que o mesmo tenha desenvolvido outras actividades.

## **2. Procuradorias da República**

Para além de toda a actividade que a seguir se descreve, nas respectivas Comarcas, o Ministério Público esteve presente em todos os primeiros interrogatórios de arguidos detidos, como determina a lei.

O Ministério Público promoveu, em alternativa ao primeiro interrogatório de arguidos detidos, o competente julgamento dos mesmos em processo sumário, tendo participado em todas as audiências de discussão e julgamento.

Os magistrados do Ministério Público, em função da divisão interna dos trabalhos, participaram em todas as ACP realizadas, nas audiências de discussão e julgamento de todos os processos ordinários julgados, tendo ainda interposto recursos e apresentado contra-alegações, sempre que se revelou necessário.

Também nas Comarcas onde não existem delegações da Polícia Judiciária e sempre que se entendeu necessário, o Ministério Público procedeu ao levantamentos de cadáveres e presidiu às autópsias médico-legais e exames directos efectuados.

Ainda relativamente às funções do Ministério Público, importa realçar a fiscalização das acções dos órgãos de polícia criminal; fiscalização dos serviços penitenciários; participação, com vista à fiscalização de legalidade, em actos de abertura de propostas em concursos públicos realizados.

Em relação à Comarca da Praia, destaca-se a presença permanente de um magistrado do Ministério Público na Comissão de Alvarás de Empresas de Obras Públicas e Particulares (CAEOPP), da qual o Ministério Público é parte integrante.

Em relação ao movimento processual referente às Procuradorias da República, no âmbito criminal, transitaram 32.196 processos. Entraram 18.497 processos, dos quais 8.950 foram objecto de despacho de encerramento de instrução. Transitaram para o ano judicial 2011/2012, 41.743 processos.

A entrada em vigor da Lei nº 84/VII/2011, de 10 de Janeiro, que estabelece as medidas destinadas a prevenir e reprimir o crime de violência baseada no género (VBG), fez aumentar significativamente o número de entrada de processos nas Procuradorias da República.

No âmbito cível, o movimento processual contabilizou um total de 6.287 processos.

**Quadro 1 - Número de processos por tipo**

<b>Tipo de processo</b>	<b>Número de processos</b>	<b>%</b>
Acção de alimentos	625	9,9
Alteração de pensão de alimentos	5	0,1
Acção execução por alimentos	106	1,7
Acção ordinária investigação paternidade	15	0,2
Inventário obrigatório	28	0,4
Suprimento de consentimento	10	0,2
Acção de regulação de exercício paternidade	213	3,4
Perfilhação	111	1,8
Entrega judicial de menores	4	0,1
Averiguação oficiosa de paternidade	1.347	21,4
Instituição de tutela	31	0,5
Conferência de tutela	4	0,1
Conferência REPP	20	0,3
Conferência de alimentos	81	1,3
Autorização de saída de menores	617	9,8
Execução por taxa de justiça	2	0,0
Justificação judicial por omissão de óbito	8	0,1
Execução por custas	55	0,9
Impugnação de paternidade	1	0,0
Processos tutelares socioeducativos	71	1,1
Execução por coima	39	0,6
Diversos	2.858	45,5
<b>Total</b>	<b>6.287</b>	<b>100,0</b>

**Quadro 2: Número de Processos Cíveis por Comarca**

<b>Comarca</b>	<b>Número de Processos</b>	<b>%</b>
Praia	4.062	64,6
São Vicente	1.268	20,2
Santa Catarina	37	0,6
Santa Cruz	26	0,4
São Filipe	223	3,5
Ribeira Grande	48	0,8
Sal	284	4,5
Tarrafal	41	0,7
São Domingos	29	0,5
Maio	13	0,2
Mosteiros	17	0,3
Brava	33	0,5
Porto Novo	40	0,6
Paúl	3	0,0
São Nicolau	113	1,8
Boa Vista	50	0,8

### **Intervenções nos Tribunais Fiscais e Aduaneiros**

O Ministério Público colocou um magistrado no Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Barlavento e outro no Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Sotavento. Nesses tribunais o Ministério Público promoveu e/ou emitiu parecer nos processos de Impugnação Judicial Tributária e nos processos de contra-ordenação; instaurou processos de execução por não pagamento de taxas de justiça devidas e apresentou contra-motivação nos recursos interpostos da decisão destes tribunais para o Supremo Tribunal de Justiça.

## **2.1 - Procuradoria da República da Comarca da Praia**

### **2.1.1 - Movimento processual**

#### **Área criminal**

Tendo em conta o volume de processos-crimes pendentes na Procuradoria da República da Comarca da Praia, visando aumentar a eficiência da actuação do Ministério Público e a sua capacidade de resposta aos fenómenos criminais, desde 2009, por despacho do Procurador-Geral da República, foram criadas duas equipas de trabalho. Uma, constituída por três magistrados, para se dedicar à investigação da grande criminalidade e criminalidade organizada, designadamente o tráfico ilícito de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, lavagem de capitais e outros crimes puníveis com prisão superior a cinco anos, e acompanhar os respectivos processos na fase da ACP e de julgamento. Outra, constituída por cinco magistrados, para se dedicar à investigação de fenómenos relativos à pequena e média criminalidade, isto é, relativos a crimes puníveis com multa ou prisão, cujo limite máximo não ultrapasse os cinco anos.

Em relação ao movimento processual, transitaram 13.324 processos. Entraram 7.112 processos. Foi proferido despacho de encerramento de instrução em 2.589. Transitaram 17.847 para o ano judicial 2011/2012.

## Área cível

No âmbito cível, o movimento processual nessa Comarca contabilizou um total de 4.062 processos.

**Quadro 3 - Número de processos por tipo – C. Praia**

<b>Tipo de processo</b>	<b>Número de processos</b>	<b>%</b>
Acção de alimentos	165	4,1
Alteração de pensão de alimentos	3	0,1
Acção execução por alimentos	41	1,0
Acção de investigação paternidade	4	0,1
Inventário obrigatório	11	0,3
Acção de regulação do exercício do poder paternal	35	0,9
Perfilhação	105	2,6
Entrega judicial de menores	4	0,1
Averiguação oficiosa de paternidade	1025	25,2
Instituição de tutela	6	0,1
Conferência de tutela	4	0,1
Conferência regulação do exercício do poder paternal	20	0,5
Conferência de alimentos	81	2,0
Autorização de saída de menores	617	15,2
Execução por taxa de justiça	2	0,0
Justificação judicial L- Omissão de óbito	8	0,2
Diversos	1931	47,5
<b>Total</b>	<b>4062</b>	<b>100,0</b>

## 2.2 - Procuradoria da República da Comarca de São Vicente

### 2.2.1 - Movimento processual

#### Área criminal

Em relação ao movimento processual, transitaram 9.203 processos. Entraram 3.758. Foi proferido despachos de encerramento de instrução em 2.013 processos e transitaram 10.948 para o ano judicial 2011/2012.

#### Área cível

No âmbito cível, o movimento processual nessa Comarca contabilizou um total de 1268.

**Quadro 4 - Número de processos por tipo - C. São Vicente**

<b>Tipo de processo</b>	<b>Número de processos</b>	<b>%</b>
Acção de alimentos	133	10,5
Acção execução por alimentos	21	1,7
Acção ordinária investigação paternidade	4	0,3
Inventário obrigatório	7	0,6
Acção de regulação do exercício do poder paternal	120	9,5
Averiguação oficiosa de paternidade	93	7,3
Instituição de tutela	1	0,1
Execução por custas	14	1,1
Processos tutelares socio-educativos	34	2,7
Execução por coima	21	1,7
Diversos	802	63,2
<b>Total</b>	<b>1268</b>	<b>100,0</b>

## 2.3 - Procuradoria da República da Comarca de Santa Catarina

### 2.3.1. - Movimento Processual

#### Área criminal

Em relação ao movimento processual, transitaram 1.165 processos. Entraram 1.219. Foi proferido despacho de encerramento de instrução em 622 processos e transitaram 1.762 para o ano judicial 2011/2012.

#### Área cível

No âmbito cível, o movimento processual nessa Comarca contabilizou um total de 37 processos.

**Quadro 5 - Número de processos por tipo - C. Santa Catarina**

<b>Tipo de processo</b>	<b>Número de Processos</b>	<b>%</b>
Acção de alimentos	11	29,7
Acção execução por alimentos	3	8,1
Suprimento de consentimento	10	27,0
Acção de regulação do exercício do poder paternal	1	2,7
Instituição de tutela	1	2,7
Execução por custas	9	24,3
Diversos	2	5,4
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>100,0</b>



## 2.4 - Procuradoria da República da Comarca de Santa Cruz

### 2.4.1 - Movimento processual

#### Área criminal

Em relação ao movimento processual, transitaram 712 processos. Entraram 567. Foi proferido despacho de encerramento de instrução em 256 processos e transitaram 1.023 para o ano judicial 2011/2012.

#### Área cível

No âmbito cível, o movimento processual nessa Comarca contabilizou um total de 26 processos.

**Quadro 6 - Número de processos por tipo – C. Santa Cruz**

<b>Tipo de processo</b>	<b>Número de processos</b>	<b>%</b>
Acção de alimentos	16	61,5
Acção execução por alimentos	2	7,7
Acção de investigação paternidade	1	3,8
Inventário obrigatório	3	11,5
Execução por custas	3	11,5
Diversos	1	3,8
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0</b>

## 2.5 - Procuradoria da República da Comarca de São Filipe

### 2.5.1 - Movimento Processual

#### Área criminal

Em relação ao movimento processual, transitaram 2.228 processos. Entraram 1.008. Foi proferido despacho de encerramento de instrução em 628 processos e transitaram 2.608 para o ano judicial 2011/2012.

#### Área cível

No âmbito cível, o movimento processual nessa Comarca contabilizou um total de 223 processos.

**Quadro 7 - Número de processos por tipo – C. São Filipe**

Tipo de processo	Número de Processos	%
Acção de alimentos	58	26,0
Acção execução por alimentos	20	9,0
Acção de investigação paternidade	3	1,3
Inventário obrigatório	1	0,4
Acção de regulação do exercício do poder paternal	4	1,8
Averiguação oficiosa de paternidade	115	51,6
Instituição de tutela	1	0,4
Execução por taxa de justiça	10	4,5
Diversos	11	4,9
<i>Total</i>	<b>223</b>	<b>100,0</b>

## **2.6 - Procuradoria da República da Comarca de Ribeira Grande**

### **2.6.1 - Movimento Processual**

#### **Área criminal**

Em relação ao movimento processual transitaram 577 processos. Entraram 420. Foi proferido despacho de encerramento de instrução em 465 processos e transitaram 532 para o ano judicial 2011/2012.

#### **Área cível**

No âmbito cível, o movimento processual nessa Comarca contabilizou um total de 48 processos.

**Quadro 8 - Número de processos por tipo – C. Ribeira Grande**

Tipo de processo	Número de Processos	%
Acção de alimentos	19	39,6
Inventário obrigatório	1	2,1
Acção de regulação do exercício do poder paternal	7	14,6
Averiguação oficiosa de paternidade	17	35,4
Instituição de tutela	2	4,2
Execução por custas	1	2,1
Diversos	1	2,1
<i>Total</i>	<b>48</b>	<b>100,0</b>

## 2.7 - Procuradoria da República da Comarca do Sal

### 2.7.1 - Movimento Processual

#### Área criminal

Em relação ao movimento processual transitaram 1.093 processos. Entraram 2.097. Foi proferido despacho de encerramento de instrução em 869 processos e transitaram 2.321 para o ano judicial 2011/2012.

#### Área cível

No âmbito cível, o movimento processual nessa Comarca contabilizou um total de 284 processos.

**Quadro 9 - Número de processos por tipo – C. Sal**

Tipo de processo	Número de processos	%
Acção de alimentos	78	27,5
Acção execução por alimentos	15	5,3
Acção de regulação do exercício do poder paternal	25	8,8
Averiguação oficiosa de paternidade	68	23,9
Instituição de tutela	17	6,0
Diversos	81	28,5
<i>Total</i>	<b>284</b>	<b>100,0</b>

## **2.8 - Procuradoria da República da Comarca do Tarrafal**

### **2.8.1 - Movimento processual**

#### **Área criminal**

Em relação ao movimento processual transitaram 872 processos. Entraram 206. Foi proferido despacho de encerramento de instrução em 76 processos e transitaram 1.002 para o ano judicial 2011/2012.

#### **Área cível**

No âmbito cível, o movimento processual nessa Comarca contabilizou um total de 41 processos.

**Quadro 10 - Número de processos por tipo – C. Tarrafal**

Tipo de processo	Número de processos	%
Acção de alimentos	31	75,6
Acção de regulação do exercício do poder paternal	4	9,8
Processos tutelares sócio-educativos	4	9,8
Diversos	2	4,9
<i>Total</i>	<b>41</b>	<b>100,0</b>

## **2.9 - Procuradoria da República da Comarca de São Domingos**

### **2.9.1 - Movimento processual**

#### **Área criminal**

Em relação ao movimento processual, transitaram 2 processos. Entraram 52. Foi proferido despacho de encerramento de instrução em 47 processos e transitaram 7 para o ano judicial 2011/2012.

#### **Área cível**

No âmbito cível, o movimento processual nessa Comarca contabilizou um total de 29 processos.

**Quadro 11 - Número de Processos por tipo – C. São Domingos**

<b>Tipo de processo</b>	<b>Número de Processos</b>	<b>%</b>
Acção de alimentos	6	20,7
Acção de regulação do exercício do poder paternal	2	6,9
Averiguação oficiosa de paternidade	3	10,3
Execução por coima	18	62,1
<i>Total</i>	<b>29</b>	<b>100,0</b>

## **2.10 - Procuradoria da República da Comarca do Maio**

### **2.10.1 - Movimento processual**

#### **Área criminal**

Em relação ao movimento processual transitaram 922 processos. Entraram 276. Foi proferido despacho de encerramento de instrução em 286 processos e transitaram 912 para o ano judicial 2011/2012.

#### **Área cível**

No âmbito cível, o movimento processual nessa Comarca contabilizou um total de 13 processos.

**Quadro 12 - Número de processos por tipo – C. Maio**

Tipo de processo	Número de Processos	%
Acção de alimentos	4	30,8
Acção de regulação do exercício do poder paternal	1	7,7
Processo tutelar sócio-educativo	1	7,7
<i>Total</i>	<b>13</b>	<b>100,0</b>

## **2.11 - Procuradoria da República da Comarca dos Mosteiros**

### **2.11.1 - Movimento processual**

#### **Área criminal**

Em relação ao movimento processual transitaram 224 processos. Entraram 297. Foi proferido despacho de encerramento em 364 processos e transitaram 157 para o ano judicial 2011/2012.

#### **Área cível**

No âmbito cível, o movimento processual nessa Comarca contabilizou um total de 17 processos.

**Quadro 13 - Número de processos por tipo – C. Mosteiros**

Tipo de processo	Número de processos	%
Acção de alimentos	3	17,6
Acção execução por alimentos	4	23,5
Execução por custas	5	29,4
Processos tutelares sócio-educativos	5	29,4
<i>Total</i>	<b>17</b>	<b>100,0</b>



## 2.12 - Procuradoria da República da Comarca da Brava

### 2.12.1 - Movimento processual

#### Área criminal

Em relação ao movimento processual transitaram 166 processos. Entraram 303. Foi proferido despacho de encerramento de instrução em 228 processos e transitaram 241 para o ano judicial 2011/2012.

#### Área cível

No âmbito cível, o movimento processual nessa Comarca contabilizou um total de 33 processos.

**Quadro 14 - Número de processos por tipo – C. Brava**

Tipo de processo	Número de processos	%
Acção de alimentos	24	72,7
Acção de regulação do exercício do poder paternal	5	15,2
Perfilhação	4	12,1
<i>Total</i>	<b>33</b>	<b>100,0</b>

## **2.13 - Procuradoria da República da Comarca do Paúl**

### **2.13.1 - Movimento processual**

#### **Área criminal**

Em relação ao movimento processual transitaram 50 processos. Entraram 143. Foi proferido despacho de encerramento de instrução em 125 processos e transitaram 68 para o ano judicial 2011/2012.

#### **Área cível**

No âmbito cível, o movimento processual nessa Comarca contabilizou um total de 3 processos.

**Quadro 15 - Número de processos por tipo – C. Paúl**

Tipo de processo	Número de Processos	%
Acção de investigação de paternidade	3	100%
<i>Total</i>	<b>3</b>	<b>100%</b>

## 2.14 - Procuradoria da República da Comarca de S. Nicolau

### 2.14.1 - Movimento processual

#### Área criminal

Em relação ao movimento processual transitaram 531 processos. Entraram 267. Foi proferido despacho de encerramento de instrução em 121 processos e transitaram 677 para o ano judicial 2011/2012.

#### Área cível

No âmbito cível, o movimento processual nessa Comarca contabilizou um total de 113 processos.

**Quadro 16 - Número de processos por tipo – C. São Nicolau**

Tipo de processo	Número de processos	%
Acção de alimentos	40	35,4
Inventário obrigatório	5	4,4
Acção de regulação de exercício do poder paternal	5	4,4
Averiguação oficiosa de paternidade	21	18,6
Execução por custas	6	5,3
Impugnação de paternidade	1	0,9
Processos tutelares sócio-educativos	25	22,1
Diversos	10	8,8
<i>Total</i>	<b>113</b>	<b>100,0</b>

## **2.15 - Procuradoria da República da Comarca do Porto Novo**

### **2.15.1 - Movimento processual**

#### **Área criminal**

Em relação ao movimento processual transitaram 785 processos. Entraram 282. Foi proferido despacho de encerramento de instrução em 147 processos e transitaram 920 para o ano judicial 2011/2012.

#### **Área cível**

No âmbito cível, o movimento processual nessa Comarca contabilizou um total de 29 processos.

**Quadro 17 - Número de processos por tipo – Porto Novo**

Tipo de processo	Número de Processos	%
Acção de alimentos	19	65,5
Averiguação oficiosa de paternidade	08	27,6
Processos tutelares sócio-educativos	02	6,9
<i>Total</i>	<b>29</b>	<b>100,0</b>

## **2.16 - Procuradoria da República da Comarca da Boa Vista**

### **2.16.1 - Movimento processual**

#### **Área criminal**

Em relação ao movimento processual transitaram 342 processos. Entraram 490. Foi proferido despacho de encerramento de instrução em 114 processos e transitaram 718 para o ano judicial 2011/2012.

#### **Área cível**

No âmbito cível, o movimento processual nessa Comarca contabilizou um total de 50 processos.

**Quadro 18 - Número de processos por tipo – Boa Vista**

<b>Tipo de processo</b>	<b>Número de Processos</b>	<b>%</b>
Acção de alimentos	18	36,0
Alteração de pensão de alimentos	2	4,0
Acção de regulação de exercício do poder paternal	4	8,0
Perfilhação	2	4,0
Execução por custas	7	14,0
Diversos	17	34,0
<i>Total</i>	<b>50</b>	<b>100,0</b>

### **3. Fiscalização dos Órgãos de Polícia Criminal / Articulação do Ministério Público com os mesmos**

Em conformidade com o desenho constitucional do Ministério Público, enquanto uma magistratura autónoma e titular da acção penal, consagrou-se o modelo de dependência funcional dos órgãos de polícia criminal relativamente às autoridades judiciárias (juiz e Ministério Público).

Neste quadro, o artigo 63º do CPP veio determinar que o auto de notícia levantado ou mandado levantar por entidade policial seja obrigatoriamente remetido ao Ministério Público no mais curto prazo de tempo e que o mesmo valha como denúncia.

Como titular da acção penal, cabe ao Ministério Público, em exclusivo, assumir a direcção técnica e substantiva da instrução, a primeira das chamadas “fases preliminares” do processo penal cabo-verdiano [cf. artigos 68º, nº 2, alínea b); 301º e 302º do Código de Processo Penal (CPP)]; avaliar se a denúncia constitui, ou não, uma notícia de crime e decidir, em função disso, se é de abrir, ou não, instrução<sup>10</sup> [cf. artigos 68º, nº 2, alínea a) e 301º, nº 2, do CPP]; exercer a fiscalização “externa” da actividade dos Órgãos de Polícia Criminal [artigo 5º, nº 1, alínea m), da LOMP].

Por isso, é destituída de fundamento legal, por não levar em consideração os condicionalismos e limites constitucionais da intervenção dos órgãos de polícia criminal no processo penal, a afirmação de que “nós já fizemos o nosso trabalho; cabe agora aos juízes e ao Ministério Público fazer o seu”. Trata-se, claramente, de uma crítica aberta em relação à acção de fiscalização cometida às autoridades judiciárias no decurso do processo penal e traduz uma ideia, perigosa, de *desjudicialização* ou *policialização* do processo penal.

Como forma de superar as dificuldades de articulação entre os órgãos de polícia criminal e o Ministério Público, o Procurador-Geral da República visitou a Polícia Nacional, a Polícia Judiciária, a Inspecção Geral das Finanças, a Inspecção Geral das Actividades Económicas e a Direcção Geral das Alfândegas, tendo-se reunido com os respectivos responsáveis. Nas Procuradorias da República das Comarcas, os Magistrados do Ministério Público

---

<sup>10</sup> Neste sentido, veja-se, *por todos*, PAULO DE SOUSA MENDES, «OS SUJEITOS PROCESSUAIS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL DE CABO VERDE», in “DIREITO PROCESSUAL PENAL DE CABO VERDE: Sumários do Curso de Pós-Graduação Sobre o Novo Processo Penal de Cabo Verde”, coordenação de AUGUSTO SILVA DIAS e JORGE CARLOS FONSECA, Edição Almedina, Maio de 2008, p. 183

reuniram-se periodicamente com os órgãos da Polícia Criminal, sendo que da Comarca da Praia as reuniões foram mensais

Apesar de alguma melhoria, que é de louvar, persiste ainda um déficit grande de articulação, com prejuízo para resposta institucional ao fenómeno criminal.

## CAPÍTULO IV – INDICADORES ESTATÍSTICOS

### 1. Estatísticas sobre a evolução da criminalidade

Em relação ao movimento processual, a nível nacional, transitaram 32.196 processos. Entraram 18.497. Foi proferido despacho de encerramento de instrução em 8.950 processos e transitaram 41.743 para o ano judicial 2011/2012.

**Quadro 19 - Movimento processual criminal**

Comarca	Transitados	Entrados	Resolvidos	Transitados para 2011/2012
Praia	13.324	7112	2589	17.847
São Vicente	9203	3758	2013	10.948
Santa Catarina	1165	1219	622	1762
Santa Cruz	712	567	256	1023
São Filipe	2228	1008	628	2608
Ribeira Grande	577	420	465	532
Sal	1093	2097	869	2321
Tarrafal	872	206	76	1002
São Domingos	2	52	47	7
Maio	922	276	286	912
Mosteiros	224	297	364	157
Brava	166	303	228	241
Porto Novo	785	282	147	920
Paúl	50	143	125	68
São Nicolau	531	267	121	677
Boa Vista	342	490	114	718
Total	32.196	18.497	8.950	41.743

As Procuradorias da República das comarcas da Praia e São Vicente contam mais da metade dos processos, independentemente da situação processual. As duas comarcas, em conjunto, representam 69,96% dos processos transitados, 58,77% dos entrados, 51,42% dos resolvidos e 68,98% dos processos para 2011/2012.

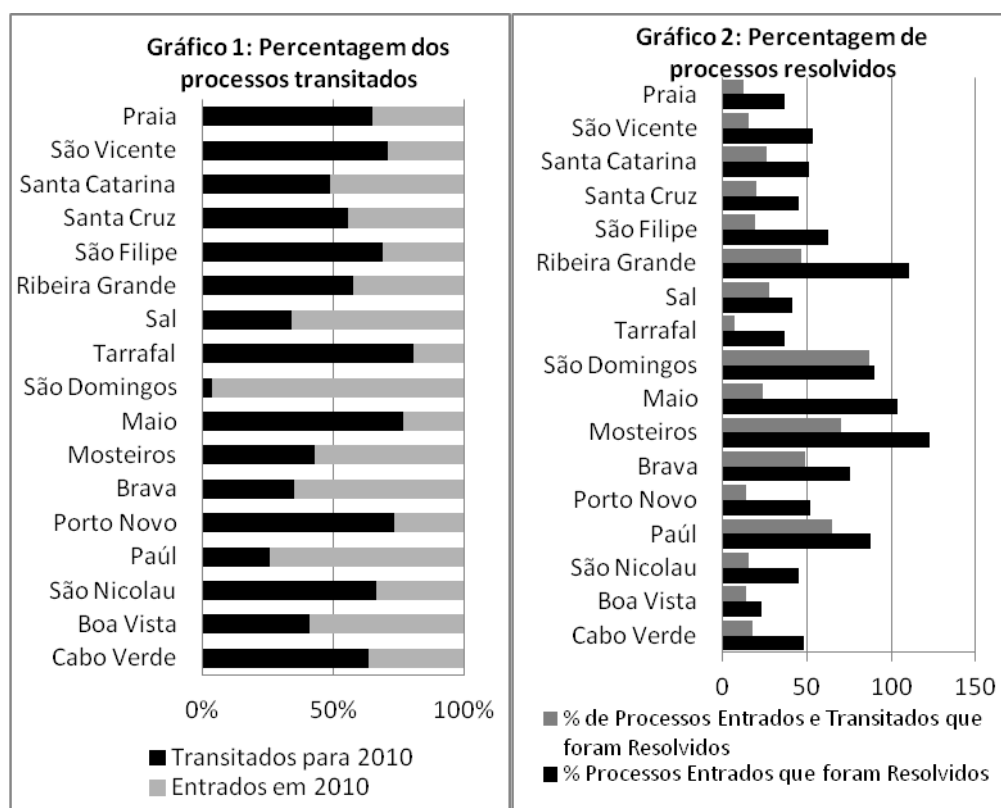


O quadro abaixo mostra a situação processual nas diferentes Procuradorias da República das Comarcas.

**Quadro 20 - Percentagem de processos nas Comarcas por Situação Processual**

Comarca	situação processual			
	Transitados	Entrados	Resolvidos	Transitados para 2011/2012
Praia	41,38	38,45	28,93	42,75
São Vicente	28,58	20,32	22,49	26,23
Santa Catarina	3,62	6,59	6,95	4,22
Santa Cruz	2,21	3,07	2,86	2,45
São Filipe	6,92	5,45	7,02	6,25
Ribeira Grande	1,79	2,27	5,20	1,27
Sal	3,39	11,34	9,71	5,56
Tarrafal	2,71	1,11	0,85	2,40
São Domingos	0,01	0,28	0,53	0,02
Maio	2,86	1,49	3,20	2,18
Mosteiros	0,70	1,61	4,07	0,38
Brava	0,52	1,64	2,55	0,58
Porto Novo	2,44	1,52	1,64	2,20
Paúl	0,16	0,77	1,40	0,16
São Nicolau	1,65	1,44	1,35	1,62
Boa Vista	1,06	2,65	1,27	1,72
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Podemos constatar que em algumas Comarcas a percentagem de processos transitados ultrapassa a metade dos processos por resolver. Como se constata no *Gráfico 1: Peso dos processos transitados*, em apenas sete Comarcas é que o número de processos transitados não é superior aos processos entrados no ano em causa.



Nas restantes Procuradorias da República de Comarcas, os processos transitados representam mais da metade dos processos por resolver, sendo elas, as Procuradorias da República da Comarcas da Praia (65,2%), de São Vicente (71,0%), de Santa Cruz (55,7%), de São Filipe (68,9%), da Ribeira Grande (57,9%), do Tarrafal (80,9%), do Maio (80%), do Porto Novo (73,6%) e de São Nicolau (66,5%).

No total, transitaram nestas Comarcas, 26.154 processos, dos 32.196 que transitaram no país. No que concerne ao total de processos por resolver, 36,5% entraram no referido ano judicial. O peso dos processos transitados tem consequências imediatas na taxa de resolução de processos.

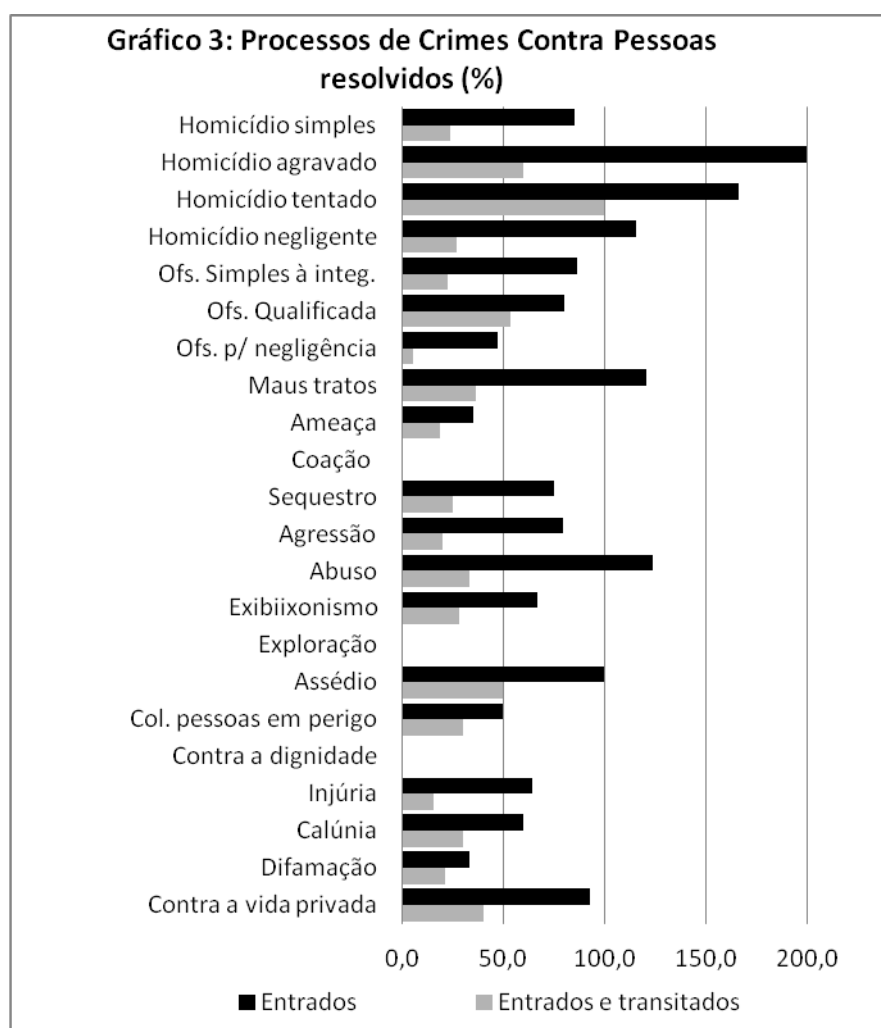
No gráfico 2: *percentagem dos processos resolvidos*<sup>11</sup> lêem-se duas informações, por um lado, a percentagem de processos *entrados e transitados* face aos que foram resolvidos, e, por outro, a percentagem de processos *entrados* face aos que foram resolvidos.

A nível nacional, o número de processos resolvidos representa 48,4% dos processos entrados. Mas, quando nestes se incluem os processos transitados, o número baixa para

<sup>11</sup> Os valores referem-se a uma comparação entre o total de processos entrados e o total dos processos resolvidos e/ou transitados.

17.7%, ou seja, os processos que têm vindo a acumular têm representado um peso acrescido nas Procuradorias da República de Comarcas.

Por outro lado, existem casos, como os das Procuradorias da República das Comarcas de Ribeira Grande, Mosteiros e Maio em que os processos resolvidos foram em número superior ao do número de processos que entraram, o que indica que nessas Comarcas existe capacidade de resolver todos os processos que dão entrada. Contudo, quando se compara o número de processos resolvidos com os transitados e entrados, a percentagem baixa para 46.6%, 69.9%, 23.9%, respectivamente.



Quando analisada a resolução de processos por tipo de crime, constatamos que, quando comparado o número de processos resolvidos com o de processos entrados, em quase todos os tipos de crime apresentados, a percentagem é igual ou superior a 50%, com a exceção aos crimes de ofensa à integridade física por negligência e difamação. Deve ser referido

que os tipos de processos com maior volume são ofensa simples à integridade, ameaça e injúria. Estes três representam 83,9% dos processos relativos a crimes contra as pessoas entrados e 77,5% dos resolvidos.

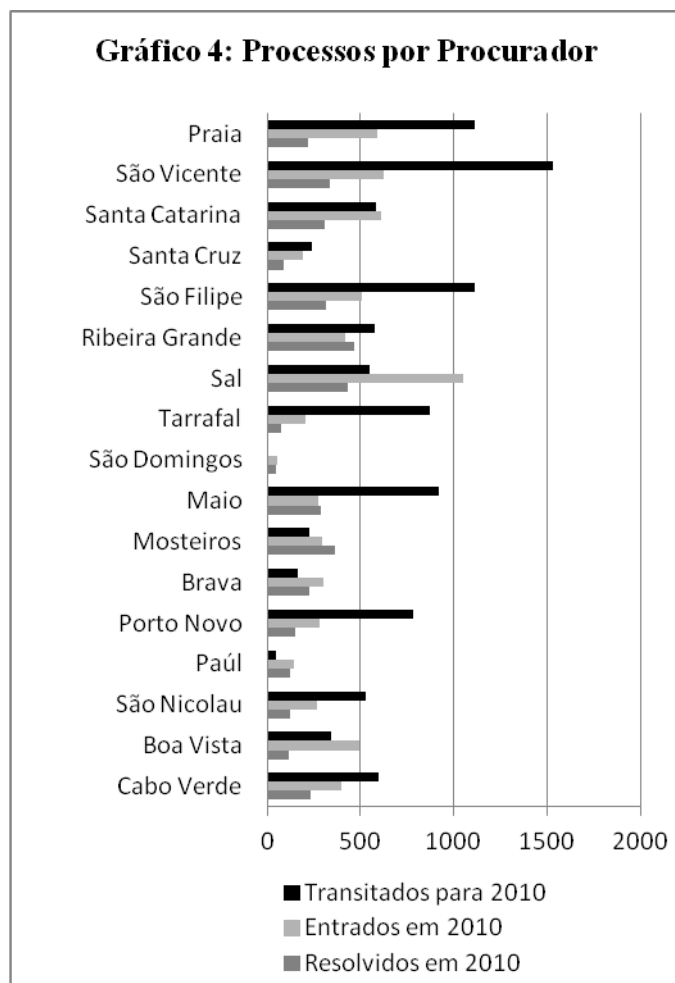
Os vários tipos de homicídio representam 1,4% dos processos entrados e 1,9% dos resolvidos.

Os crimes sexuais representam 4,8% dos processos entrados e 7,4% dos processos resolvidos.

Nos processos referentes aos crimes contra o património, em todos os tipos de ilícito, existe capacidade de resolver mais de 50% dos processos, com a exceção de roubo (25%).

Por outro lado, os processos referentes a crimes contra o património, os de furto apresentam maior volume, correspondendo 44.6% dos processos entrados e 55.5% de processos resolvidos. Os de roubo correspondem a 38% de processos entrados e 19,7% de processos resolvidos. Por último, o Dano, com 12.8% dos processos entrados e 18.1% de processos resolvidos.

Todos os restantes processos-crimes representam 16,8% dos transitados, 12,2% dos entrados e 15,9% dos resolvidos.



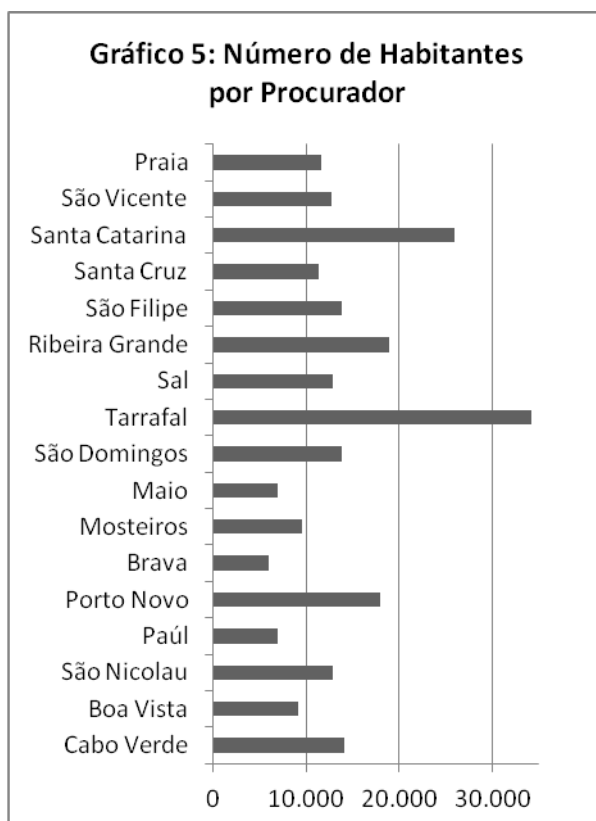
Quando analisados os processos no geral, não especificando o tipo, constatamos que a nível nacional, por procurador, transitam 600 processos e entram 394. Destes, 229 são resolvidos.

Analisando por situação processual e no que concerne a processos transitados, constatamos que nas Comarcas de Santa Cruz, São Domingos, Mosteiros, Brava, Paúl e Boa Vista, transitaram entre 0 e 499 processos por procurador. Nas Comarcas de Santa Catarina, Ribeira Grande, Sal, Tarrafal, Maio, Porto Novo e São Nicolau transitaram entre 500 e 999 processos. Nas restantes três Comarcas, Praia, São Vicente e São Filipe, transitaram mais de 1000 processos por procurador.

Quanto aos processos entrados, apenas na Comarca do Sal entraram mais de 1000 processos por procurador. Nas Comarcas de Praia, São Vicente, Santa Catarina e São Filipe entraram entre 500 e 999 processos. Nas restantes Comarcas entraram menos de 500 processos.

No que diz respeito aos processos resolvidos, em nenhuma Comarca foram resolvidos mais de 500 processos<sup>12</sup> por procurador. A Comarca com mais processos resolvidos por Procurador é a do Sal (435 processos), e a com menos processos resolvidos é a de São Domingos (47 processos). No entanto, ressalva-se que a Comarca de São Domingos apenas tinha 2 processos transitados e 52 entrados.

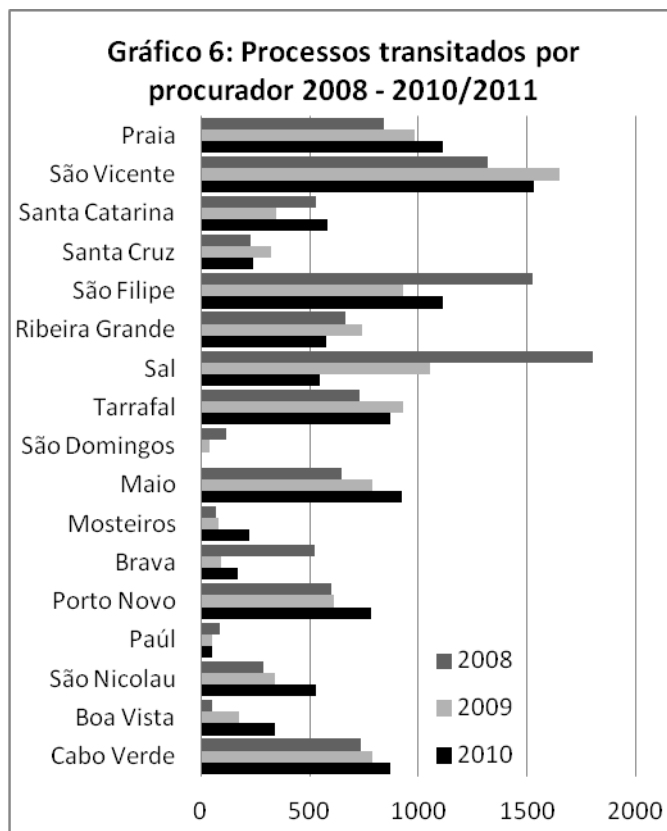
Em suma, o número de processos entrados e transitados por Procurador é, em média, elevado em relação ao número médio de processos resolvidos.



Voltando à questão do elevado número de processos transitados, deve ser registado que a tendência é para o seu aumento. A nível nacional o número de processos transitados aumentou 30% relativamente ao ano anterior. Em termos das Comarcas, registou-se um aumento em todas, com a exceção das de Ribeira Grande (-8%), Maio (-1%), e Mosteiros (-30%). Inclusive, se for tido em conta o potencial a nível de novos processos, ou seja, o número de habitantes que cada Procurador da República representa em média, constata-se que existem casos em que o número de habitantes é em muito superior à média nacional de

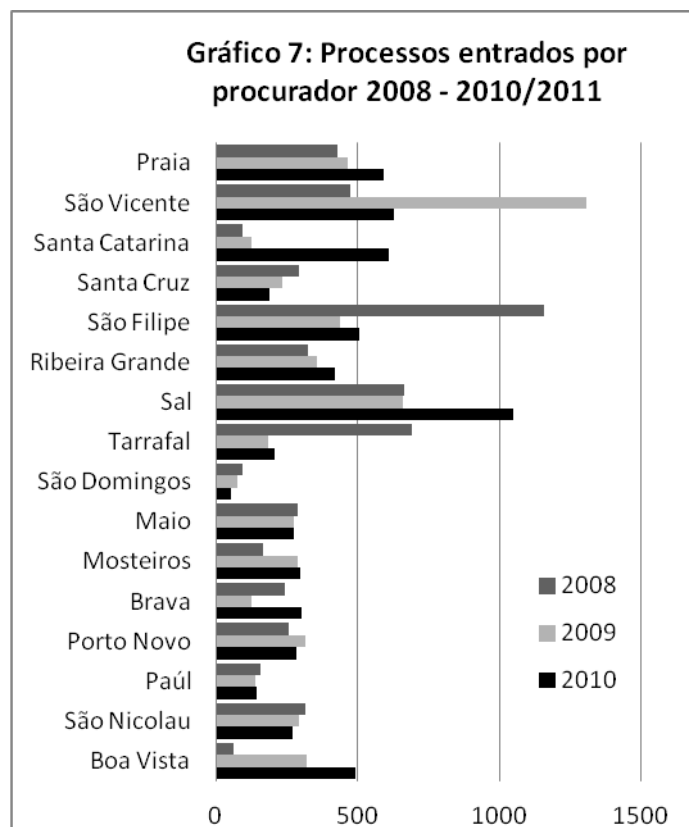
<sup>12</sup> O número refere-se a uma média por Procurador da República, pois se os dados forem analisados individualmente existem dois Procuradores da República que ultrapassaram o referido número, um resolveu 1.310 processos, e outro 699. Outros procuradores encontram-se muito abaixo da média nacional de 249, nomeadamente 3, que resolveram menos de 40 processos.

14.044 habitantes por procurador, nomeadamente o caso da Comarca de Santa Catarina (25.987 habitantes) e Tarrafal (34.213 habitantes).



A tendência geral é para o aumento no número de processos que transitam do ano anterior para o ano em causa. No entanto, as Procuradorias da República das Comarcas do Sal e São Domingos contrariam essa tendência, com um progressivo decréscimo no número de processos transitados.

Nas Comarcas de Santa Catarina, São Filipe, Brava e Paúl, o decréscimo registou-se entre 2008 e 2009. Nas Comarcas de São Vicente, Santa Cruz, e Tarrafal, o decréscimo foi entre 2009 e 2010.



No que concerne à evolução no número de processos entrados desde 2008, constata-se que houve um aumento progressivo do número de processos entrados.

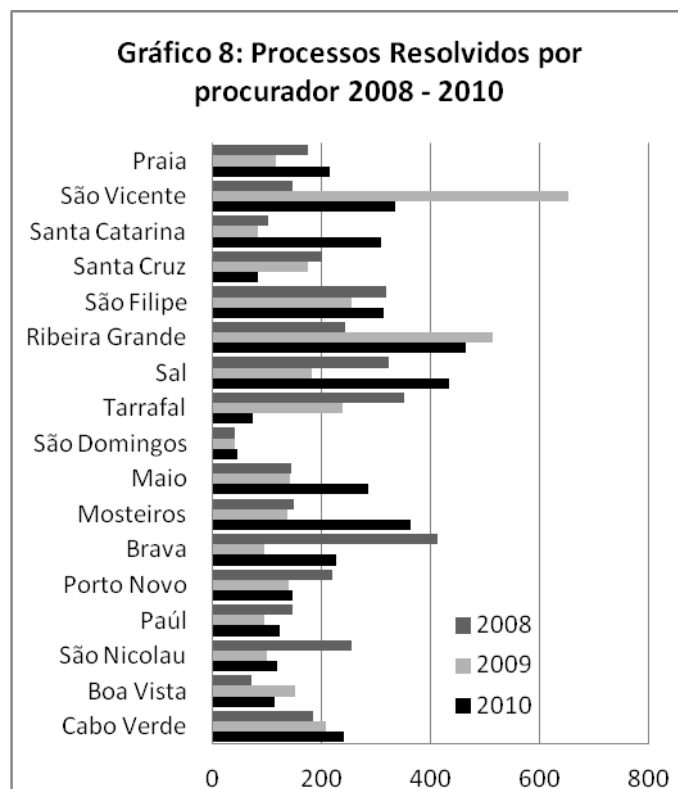
Em 2008 entraram, no total 11.025 processos; em 2009 entraram 15.277; em 2010/2011 entraram 18.497.

Quando analisamos os dados a nível das Comarcas, observa-se que duas Comarcas contrariaram a tendência geral, registando uma progressiva descida no número de processos entrados por Procurador, sendo elas, Santa Cruz e São Nicolau.

Entre 2008 e 2009, registaram-se descidas no número de processos nas Comarcas de São Filipe, Brava e Paúl, sendo que no ano seguinte o número aumentou.

Entre 2009 e 2010 registaram-se descidas no número de processos por Procurador, nas Comarcas de Porto Novo e São Vicente, sendo que neste último a descida é drástica, pois passou de 1.306 processos, em 2009, para 626 processos, em 2010.





No número de processos resolvidos por procurador, tal como nos processos entrados e transitados a nível nacional tem havido um aumento progressivo.

No entanto, quando se faz a análise a nível das Comarcas, constatamos que em quase todas houve um decréscimo no número de processos resolvidos entre 2008 e 2009. As Comarcas de São Vicente, Ribeira Grande, Maio, e Boa Vista tiveram um registo contrário.

No geral, verifica-se que houve um aumento no número de processos resolvidos por Procurador da República, com excepção das Comarcas de São Vicente, Santa Cruz, Tarrafal, e Boa Vista. Na de São Vicente, resolveram-se 149 processos por Procurador da República, em 2008. Há um aumento significativo para 654, em 2009, e em 2010, uma descida considerável para 336.

Comparando os indicadores estatísticos do ano a que se reporta o presente relatório com os do ano anterior, constata-se que, a nível nacional, houve um aumento de processos transitados na ordem de 19,4%, um aumento de processos entrados de 17,4%, e um aumento de processos resolvidos no valor correspondente a 22,5%.

A Procuradoria da República da Comarca da Praia é a que registou maior número de processos entrados, representando um aumento de 34,5%, relativamente ao ano anterior. Relativamente ao mesmo período, o aumento do número de processos transitados foi de

26,1%. Ainda no mesmo período, registou-se um aumento substancial dos processos resolvidos, no valor de 54,6%.

## 2. Estatísticas sobre intervenções em matéria cível<sup>13</sup>

**Quadro 21 - Evolução dos processos cíveis**

Tipo de processo	2009	2010/2011	Diferença (%)
Acção de alimentos	444	625	40,8
Acordo de alimentos	12	0	-100,0
Alteração de pensão de alimentos	9	5	-44,4
Acção execução por alimentos	93	106	14,0
Acção de investigação de paternidade	30	15	-50,0
Inventário obrigatório	23	28	21,7
Suprimento de consentimento	26	10	-61,5
Acção de regulação do exercício do poder paternal	144	213	47,9
Perfilhação	58	111	91,4
Averiguação oficiosa de paternidade	958	1.347	40,6
Instituição de tutela	14	31	121,4
Execução por custas	71	55	-22,5
Impugnação de paternidade	1	1	0,0
Interdição por anomalia psíquica	0	0	0,0
Processos tutelares socioeducativos	63	71	12,7
Processos julgados	33	0	-100,0
Execução por coima	3	39	1200,0
Diversos	2.913	2.858	-1,9
<b>Total</b>	<b>4.878</b>	<b>5.551</b>	<b>13,0</b>

<sup>13</sup> Note-se que os processos tutelares socioeducativos constantes dos quadros seguintes pertencem à área criminal, pois constituem reacção à prática de factos tipificados na lei como crime por menores inimputáveis, com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos.

Na área cível, entre 2009 e 2010/2011, houve um aumento do número de processos<sup>14</sup> de 13%. No entanto, este não é uniforme quando se considera por tipo de processo. Refira-se também que em todos os tipos de processo em que foram resolvidos mais de 100 processos, houve um aumento, o que indica que há uma tendência para o aumento do número de processos naqueles onde existe um menor volume.

---

<sup>14</sup> Alterou-se a forma de recolha de dados estatísticos relativos à intervenção do MP na área cível. Por isso, existem alguns tipos de processos que são contabilizados em 2010, mas que não o eram em 2009, pelo que o quadro apenas regista os processos que foram contabilizados em ambos os anos.

## **CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **1. Constrangimentos**

#### **1.1 - Transmissão tardia da notícia do crime ao Ministério Público**

A transmissão tardia da notícia do crime ao MP tem-se constituído num dos grandes obstáculos à utilização de mecanismos previstos no Código de Processo Penal como respostas específicas à pequena e média criminalidade. Referimo-nos aos processos especiais, como o processo sumário, o processo de transacção e o processo abreviado.

De facto, continua a verificar-se, com alguma frequência, situações de detenções de cidadãos pelos órgãos de polícia criminal que os apresenta ao Ministério Público, quando faltam minutos para completar 48 horas sobre a data em que foram detidos. Neste particular, existe uma grande incompreensão em relação à detenção e sua natureza. Tanto mais que se registam, com alguma frequência, reacções desmedidas de elementos dos órgãos de polícia criminal relativamente a actuações do Ministério Público, quando estes lhes determina a apresentação imediata dos detidos ou tome outras providências com vista a restabelecer a legalidade.

É claro que tais reacções não levam em consideração, por um lado, que é o Ministério Público o titular da acção penal e que, por isso, em virtude do princípio da acusação, nenhum facto pode ser introduzido em juízo, mesmo em situação de detenções em flagrante delito, sem a sua intermediação.

Relativamente às notícias de crime em que haja detenção em flagrante delito, a apresentação tardia da pessoa detida ao MP para que este possa promover o consequente julgamento em processo sumário tem dificultado a utilização desta forma de processo especial.

Por outro lado, a transmissão atempada da notícia do crime permitirá ao Ministério Público utilizar o processo abreviado, sempre que estejam preenchidos os respectivos pressupostos de aplicação, como resposta processual mais célere para fenómenos relativos a pequena e média criminalidade.

No que respeita à utilização de mecanismos processuais previstos no CPP como respostas à pequena e média criminalidade, a sua falta ou pouca utilização não se deve exclusivamente

à omissão ou transmissão tardia da notícia do crime ao Ministério Público. Reconhece-se que os magistrados têm utilizado muito pouco tais mecanismos.

## **1.2 - Inexistência de instituição encarregue de efectuar de modo concentrado os exames médico-forenses**

Os resultados dos exames médico-forenses tardam a ser remetidos ao Ministério Público, provocando atrasos significativos no desenvolvimento das investigações, retardando, consequentemente, o encerramento da instrução – que, como se sabe, é a primeira das designadas “fases preliminares” do processo penal cabo-verdiano.

Os atrasos na realização de outros exames, como os laboratoriais que são necessários nos processos relativos aos tráficos ilícitos de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, constituem, outrossim, um dos grandes constrangimentos na investigação criminal e, por via disso, na realização da Justiça Criminal.

## **1.3 - Dificuldade na tomada de conhecimento em tempo real da evolução da criminalidade por tipos de crime**

O relatório-tipo que serve de base à elaboração dos relatórios das Procuradorias da República, que data da década de 70, foi substituído por uma circular do Procurador-Geral da República. Com a sua substituição teve-se em vista permitir à Procuradoria-Geral da República, enquanto órgão superior do Ministério Público, o conhecimento, em tempo real, da evolução da criminalidade, por tipos de crimes. Porém, constata-se que nem todas as Procuradorias da República de Comarcas observaram aquela circular na elaboração dos relatórios.

## **1.4 - Número insuficiente de magistrados**

Não obstante os avanços registados, o número de magistrados do Ministério Público, tanto na Procuradoria-Geral da República como nas Procuradorias da República de Comarca, como demonstra a *ratio* de Procuradores da República por habitantes, continua abaixo do desejável para a satisfação eficiente e eficaz das demandas sociais, que vem aumentando acentuadamente.

## **1.5 - Insuficiente espaço físico em algumas comarcas**

Em virtude do aumento do número dos processos e das demandas em relação ao Ministério Público, o CSMP aumentou o número de magistrados na Procuradoria da República da Comarca da Praia, o que evidencia já a manifesta falta de espaço no Palácio da Justiça para albergar o número de magistrados necessários para dar vazão aos trabalhos, bem como para as secretarias de apoio e, conseqüentemente a necessidade de mais e melhores equipamentos.

## **1.6 - Impossibilidade de instalação dos departamentos criados na Procuradoria-Geral da República**

A LOMP criou na Procuradoria-Geral da República, para funcionarem na dependência do Procurador-Geral da República, o Departamento Central de Acção Penal, o Departamento Central do Contencioso do Estado, o Departamento de Cooperação e Direito Comparado e o Departamento Central de Interesses Difusos. Esses departamentos são importantes para o exercício das actividades que a Constituição e a lei cometem ao Ministério Público, designadamente porque permitem melhorar a sua capacidade de resposta, quer ao crime organizado e transnacional quer às solicitações referentes à adopção internacional.

Porém, na medida em que, de acordo com a lei, aqueles departamentos só podem ser dirigidos por Procurador-Geral Adjunto, a falta de magistrados do Ministério Público com essa categoria profissional impede a implementação dos mesmos.

## **1.7 - Dificuldades na notificação de pessoas para as diligências**

A inexistência de toponímia nos grandes centros urbanos e a grande mobilidade de pessoas entre as ilhas do país, ou mesmo entre as várias localidades dentro da mesma ilha, dificultam a localização de pessoas que devam ser notificadas para as diligências, factores que contribuem para a lentidão do processo penal e, conseqüentemente, para a morosidade da Justiça.

## **1.8 - Número insuficiente de Oficiais de Justiça**

A inexistência de secretarias autónomas em 13 das 16 Procuradorias da República e o baixo número de Oficiais de Justiça afectos ao MP condicionam o funcionamento do Ministério Público e o exercício das suas actividades.

### **1.9 - Prazo para elaboração e entrega do relatório**

O artigo 37º, nº 2, da LOMP dispõe que o CSMP entrega à Mesa da Assembleia Nacional, até 20 de Setembro de cada ano, o relatório sobre a situação da Justiça referente ao ano judicial anterior. O espaço temporal previsto pelo legislador para a elaboração e entrega do relatório é apenas de 4 dias, já que o ano judicial se inicia no dia 16 de Setembro. É que o ano judicial termina no dia 31 de Julho e o relatório deve reportar-se até esse dia. O que significa que só em meados de Agosto, já em plenas férias judiciais, é que o CSMP consegue obter os relatórios e indicadores estatísticos das Procuradorias da República de Comarca necessários à elaboração do seu relatório.

## **CAPÍTULO VI – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

Tendo em conta a entrada em vigor dos novos diplomas (EMMP e LOMP), torna-se necessário a adopção de medidas urgentes para que seja possível a implementação da reorganização proposta nestes diplomas, o que passa por um aumento considerável do número de magistrados do Ministério Público e funcionários, bem como melhor apetrechamento das Procuradorias da República, a nível de equipamentos.

No quadro da implementação da LOMP, é urgente a provação de uma nova lei de inspecção, permitindo a instalação, no decurso do ano judicial 2011/2012, de um verdadeiro e autónomo Serviço de Inspecção.

De igual modo, é urgente adoptar medidas legislativas no sentido de adequar o regime jurídico da adopção internacional ao consagrado na Convenção Relativa à Protecção das Crianças e à Cooperação em matéria da Adopção Internacional, adoptada pela Conferência de Haia de Direito Internacional Privado, que Cabo Verde aderiu, depois de a ter aprovado pela Resolução nº 105/VII/2009, da Assembleia Nacional.

Por outro lado, para que haja um melhor desempenho das polícias na obtenção de provas e, consequentemente, maior e melhor avanço nas investigações de âmbito criminal, é importante que seja dotada a polícia científica de equipamentos que lhe permitam realizar diferentes tipos de exames para recolha de provas, tais como de balística, grafológica, ADN (sendo que em relação a este último, a sua utilização no âmbito da jurisdição de família e menores iria ajudar a solucionar a maior parte dos processos de averiguação oficiosa de paternidade e de investigação de paternidade), entre outros.

Relativamente às funções de direcção de estabelecimentos prisionais por parte dos magistrados do MP, recomenda-se ainda que se tomem medidas legislativas e administrativas, permitindo que as mesmas sejam exercidas por pessoas que se dedicam em exclusivo àquelas funções, de modo a libertar os magistrados do Ministério Público que ainda vem exercendo essas funções em algumas comarcas. Aliás, o exercício de tais funções por magistrados do Ministério Público não parece compatível, pelo menos do ponto de vista constitucional, com a autonomia do Ministério Público.

Tendo em conta o volume de processos relativos à pequena e média criminalidade no volume de processos pendentes nas Procuradorias da República é urgente proceder-se,



mediante alteração do CPP, ao alargamento do âmbito do processo sumário, permitindo, por exemplo, o julgamento naquela forma de processo especial de pessoas detidas em flagrante delito pela prática de factos puníveis com pena de prisão até cinco anos; ou mesmo que sejam puníveis com pena de prisão superior a cinco, desde que, na acusação, o MP considere que não devesse ser aplicada pena de prisão superior a cinco anos.

É urgente a adopção de medidas legislativas e administrativas no sentido de dotar os grandes centros urbanos do país de toponímia, de modo a facilitar a localização da residência das pessoas.

É urgente a adopção de medidas que permitam uma efectiva instalação de secretarias autónomas em todas as Procuradorias da República.

É urgente proceder-se à redistribuição dos Oficiais de Justiça entre as Procuradorias da República e os Tribunais e Juízos Criminais.

# **ANEXOS**

**Anexo 1 - Percentagem dos processos transitados**

Comarca	Transitados	Entrados	Total
Praia	65,20	34,80	100
São Vicente	71,01	28,99	100
Santa Catarina	48,87	51,13	100
Santa Cruz	55,67	44,33	100
São Filipe	68,85	31,15	100
Ribeira Grande	57,87	42,13	100
Sal	34,26	65,74	100
Tarrafal	80,89	19,11	100
São Domingos	3,70	96,30	100
Maio	76,96	23,04	100
Mosteiros	42,99	57,01	100
Brava	35,39	64,61	100
Porto Novo	73,57	26,43	100
Paúl	25,91	74,09	100
São Nicolau	66,54	33,46	100
Boa Vista	41,11	58,89	100
Total	63,51	36,49	100

**Anexo 2 - Percentagem de processos resolvidos**

<b>Comarca</b>	<b>% Processos entrados e transitados que foram resolvidos</b>	<b>% Processos entrados que foram resolvidos</b>
Praia	12,67	36,40
São Vicente	15,53	53,57
Santa Catarina	26,09	51,03
Santa Cruz	20,02	45,15
São Filipe	19,41	62,30
Ribeira Grande	46,64	110,71
Sal	27,24	41,44
Tarrafal	7,05	36,89
São Domingos	87,04	90,38
Maio	23,87	103,62
Mosteiros	69,87	122,56
Brava	48,61	75,25
Porto Novo	13,78	52,13
Paúl	64,77	87,41
São Nicolau	15,16	45,32
Boa Vista	13,70	23,27
Total	17,66	48,39

**Anexo 3 - Número de processos por procurador**

<b>Proc. de Comarca</b>	<b>Transitados</b>	<b>Entrados</b>	<b>Resolvidos</b>
Praia	1.110	593	215
São Vicente	1534	626	336
Santa Catarina	583	610	311
Santa Cruz	237	189	85
São Filipe	1114	504	314
Ribeira Grande	577	420	465
Sal	547	1049	435
Tarrafal	872	206	76
São Domingos	2	52	47
Maio	922	276	286
Mosteiros	224	297	364
Brava	166	303	228
Porto Novo	785	282	147
Paúl	50	143	125
São Nicolau	531	267	121
Boa Vista	342	490	114
Total	600	394	229

**Anexo 4 - Número de habitantes por procurador**

<b>Procuradorias de Comarca</b>	<b>Habitantes por Procurador</b>
Praia	13.992
São Vicente	12.685
Santa Catarina	25.987
Santa Cruz	11.332
São Filipe	13.764
Ribeira Grande	18.890
Sal	12.883
Tarrafal	34.213
São Domingos	13.808
Maio	6.952
Mosteiros	9.524
Brava	5.995
Porto Novo	18.028
Paúl	6.997
São Nicolau	12.817
Boa Vista	9.162
Total	14.044

Calculado com base no Censo 2010 – INE

**Anexo 5 - Abrangência das Comarcas**

<b>Proc. de Comarca</b>	<b>Procuradores</b>	<b>Concelho</b>	<b>Habitantes</b>
Praia	11	Praia	131602
		Ribeira Grande de Santiago	8325
São Vicente	6	São Vicente	76107
Santa Catarina	2	Santa Catarina	43297
		São Salvador do Mundo	8677
Santa Cruz	3	Santa Cruz	26609
		São Lourenço dos Órgãos	7388
São Filipe	2	São Filipe	22228
		Santa Catarina do Fogo	5299
Ribeira Grande	1	Ribeira Grande	18890
Sal	2	Sal	25765
Tarrafal	1	Tarrafal	18565
		São Miguel	15648
São Domingos	1	São Domingos	13808
Maio	1	Maio	6952
Mosteiros	1	Mosteiros	9524
Brava	1	Brava	5995
Porto Novo	1	Porto Novo	18028
Paúl	1	Paúl	6997
São Nicolau	1	Ribeira Brava	7580
		Tarrafal de São Nicolau	5237
Boa Vista	1	Boa Vista	9162
Total	36		491.683